

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXI • Janeiro / Fevereiro / Março 2022 • Nº 115

**TEMOS DIGNIDADE !  
EXIGIMOS RESPEITO !  
LUTAMOS POR DIREITOS !**



## ANS CONTINUA A TRABALHAR PROPOSTA VENCIMENTOS E LEGISLAÇÃO ACESSÓRIA

Corrigir situação que não é revista há mais de uma década.

Pág. 13



## EUROMIL – ORGANIZAÇÃO EUROPEIA DE ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS MILITARES

50 anos de existência desta organização europeia

Pág. 17

## 31 DE JANEIRO DIA NACIONAL DO SARGENTO



## ANS retoma visitas às Unidades

Visita / Palestra na Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha

Pág. 14



## 48 ANOS DO 25 DE Abril

Clubes e Associações Comemoram os 48 anos do 25 de Abril

Pág. 20



Apesar das limitações, foi comemorado em todo o País.

Comemorações decorreram também em unidades militares e até no estrangeiro

Pág. 3,4,5,6,7 e 8

## OPINIÃO

UM CONFLITO EVITÁVEL  
MGEN CARLOS BRANCO (Pág 16)

A ESTRUTURA INFERIOR DAS FORÇAS ARMADAS  
– FUTUROS A CONSTRUIR  
LUÍS CLARO (PÁG. 14)



## Assédio – Caracterização e legislação aplicável

Assédio Moral e Sexual nas Instituições Militares

Páginas Centrais





## EDITORIAL

# O mais importante, são, e devem sempre ser, as pessoas!

Depois de no passado dia 24 de Março ter participado na cimeira de líderes da aliança no quartel-general da NATO, em Bruxelas, António Costa anunciou que os Estados-membros se comprometeram a actualizar o plano de investimentos em Defesa até à cimeira de Junho, referindo que Portugal irá aumentar o investimento em equipamento.

O primeiro-ministro defendeu que Portugal tem dois desafios, sendo que um é aumentar o orçamento global em Defesa, e o outro é aumentar o peso do investimento em equipamento. E acrescentou que *“temos hoje menos peso em equipamento do que devíamos ter e mais peso em recursos humanos do que aquilo que é o compromisso que temos com a NATO”*.

Curiosamente, estas palavras do primeiro-ministro foram proferidas no dia seguinte a termos assistido ao marco histórico em que os dias em regime democrático passaram a ser mais do que os dias do anterior regime. Marco histórico inegavelmente ligado à acção dos militares e ao apoio popular que de imediato se seguiu.

Mas então, e sobre carreiras dignificadas? E sobre salários e subsídios actualizados? Em que parte da conversa é que tal investimento foi referido? Nada! Tendencialmente pode-se até entender que tem de diminuir o investimento em recursos humanos (quais???) para aumentar o investimento em equipamento/material!

É inquestionável que passada a barreira dos 17.500 dias importa olhar para as conquistas de liberdade e democracia que permitiram que se procurasse caminhar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

E se é verdade que hoje vivemos num país com menor índice de analfabetismo, com menor mortalidade infantil, onde homens e mulheres, apesar de ainda persistirem muitas diferenças, se encontram numa posição de maior igualdade, também é verdade, e ninguém com sentido de justiça e seriedade o poderá negar, que os militares, os homens e mulheres que servem o País envergando um uniforme das Forças Armadas e, no nosso caso particular, os Sargentos, hoje têm de lutar por mais justiça nos planos do regime remuneratório, do desenvolvimento das carreiras, do reconhecimento académico, do desempenho funcional, da assistência na saúde, de uma merecida situação de reforma em tranquilidade, entre muitos outros.

Para alcançar os objectivos que os Sargentos almejam importa começar por

combater o que é escandalosamente desigual, desde logo em termos da valorização e reconhecimento profissional.

Porque o aumento do vencimento é urgente para os militares como para toda a gente, é obrigatória a revisão e alteração do regime remuneratório dos militares, particularmente no que aos Sargentos respeita.

Importa alterar o Estatuto dos Militares das Formas Armadas para o colocar em conformidade com o que os Sargentos são e merecem!

Urge rever e alterar o sistema de assistência social e de apoio na doença aos militares e familiares, respeitando a lei em vigor, particularmente no que concerne à caracterização da Condição Militar! Estas, entre muitas outras matérias...

Quando se iniciaram as comemorações da Revolução de 25 de Abril de 1974, com programa previsto para lá dos seus 50 anos em 2024, quando vivemos dias em que os populismos fáceis ganham dimensão e em que a guerra, que nunca deixou de estar presente, mas que acontecia em latitudes mais distantes, assumiu outra visibilidade, dimensão e preocupação no vocabulário quotidiano por ter uma co-

bertura e exposição diferentes, quando um novo governo vai agora tomar posse, apoiado por uma maioria parlamentar, temos a consciência do muito e duro trabalho que temos pela frente.

Quando o primeiro-ministro afirmou que *“temos hoje menos peso em equipamento do que devíamos ter e mais peso em recursos humanos do que aquilo que é o compromisso que temos com a NATO”* importa questionar em que é que fica o compromisso que temos com os cidadãos portugueses e com Portugal, feito sob juramento perante a Bandeira Nacional, e no respeito pelas Leis e pela Constituição da República Portuguesa!

Quando estamos a assinalar 33 anos desde o grande Encontro Nacional de Sargentos, ocorrido a 1 de Abril de 1989, temos pela frente duros combates em que teremos de empenhar a nossa energia na busca de respostas aos problemas que há anos afectam a Instituição Militar. Não podemos, nem devemos, contribuir com a nossa inacção para a continuada degradação, para a desmotivação que grassa na Instituição fruto do trabalho continuado, de há muitos anos, pela *“Comissão Liquidatária das Forças Armadas”*, alimentada

por sucessivos governos, como se Portugal não tivesse interesses próprios a defender.

Temos a clara consciência que não é a propaganda que resolve os problemas, por muitas campanhas nos órgãos de comunicação social, cartazes vistosos, etc. A melhor campanha é tratar com respeito e dignidade aqueles que servem nas Forças Armadas.

Reconhecer às associações profissionais de militares a capacidade de representação jurídica dos associados, promover a sua participação na negociação colectiva baseada em diálogo social efectivo e com vínculos, são caminhos fundamentais para criar as condições para encontrar as melhores soluções para responder aos problemas que há muito, e cada vez mais, afectam a Instituição Militar.

E porque o mais importante são, e devem sempre ser, as pessoas, reconhecer aquelas condições, ajuda a ganhar a consciência da necessidade de, também enquanto militares, cidadãos em uniforme, através de um processo assente no respeito mútuo, pugnarmos pela obtenção de um bem precioso e para o qual os militares se devem sempre preparar e defender incondicionalmente: a PAZ! ▲



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA



Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos, convoco os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Leopoldo de Almeida, 5 B, Lumiar, em Lisboa, no dia 18 de Abril de 2022, Segunda-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), com o objectivo seguinte:

### Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do Ano de 2021;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2022.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

**Atenção:** Face à situação extraordinária que ainda vivemos e de acordo com a legislação que esteja em vigor relativa à pandemia da doença COVID-19, o uso de máscaras é obrigatório, por todas as pessoas que permaneçam ou acedam a espaços interiores fechados com várias pessoas. É importante lembrar que o uso de máscara é uma medida de protecção adicional ao distanciamento social, à higienização das mãos e à etiqueta respiratória.

Lisboa, 21 de Março de 2022

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão



## Assinalar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no ano de 2022

**As comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, promovidas pela ANS – Associação Nacional de Sargentos, tiveram o seu início no dia 21 de Janeiro, na Região Autónoma da Madeira.**



No início da noite de 21 de Janeiro, nas instalações da Banda Filarmónica “Os Guerrilhas”, no Pico dos Barcelos, na Madeira, arrancaram as comemorações com um debate, estando presentes Sargentos, que prestam serviço na Região.

Na ocasião, para além de ter sido apresentada e discutida a proposta trabalhada pela ANS sobre a revisão e alteração do regime remuneratório dos militares, no que aos Sargentos diz respeito, e que motivou viva participação, foram igualmente discutidos outros aspectos que preocupam os Sargentos, entre os quais constam o atraso nas promoções, com as implicações daí

decorrentes; a necessidade de integrar alterações ao EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas, para que haja equidade e justiça no desenvolvimento da carreira dos Sargentos; a urgência em rever e alterar o RAMMFA – Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, no sentido de corrigir e travar as injustiças decorrentes da aplicação deste regulamento na vida dos militares; o respeito pelos cargos e funções dos Sargentos e os respectivos conteúdos funcionais; o reconhecimento académico devido aos Sargentos e não a ilusão do nível 5 com críticas objectivas e concretas à criação, estrutura e funcionamento

da chamada UPM – Unidade Politécnica Militar; entre várias outras questões abordadas.

Ao fim da tarde de 22 de Janeiro, num restaurante de Machico, teve lugar o jantar comemorativo, cuja organização esteve a cargo de Sargentos das Forças Armadas e da GNR, residentes naquela localidade, tendo reunido cerca de três dezenas de participantes. Devido à situação pandémica, decidiu-se pela redução de participantes no evento. Contudo, foi entendida a importância de não deixar de se assinalar e comemorar a efeméride.

Ficou acordado que no próprio dia 31 de Janeiro, uma delegação de Sargentos iria fazer uma homenagem aos heróis do 31 de Janeiro de 1891, o que de fac-

to aconteceu, depositando uma coroa de flores na Praça da República, na cidade do Funchal, local para onde confluem as ruas 31 de Janeiro e 5 de Outubro.

O ambiente em que decorreu o jantar comemorativo, teve como aspectos mais marcantes a alegria e unidade, o reencontro e troca de experiências entre camaradas e, bem evidente, uma elevada consciência de classe. No final foi escolhida uma comissão integrando um Sargento do Exército, um Sargento da Força Aérea e um Sargento da GNR cuja missão será a organização desta comemoração em 2023.

Assim, com este excelente exemplo, foram lançadas as comemorações em 2022! ▲



## Na Região Autónoma dos Açores terminaram as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

Nos dias 4 e 5 de Fevereiro, decorreram na Região Autónoma dos Açores as iniciativas promovidas pela ANS que assinalaram o final das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” neste ano de 2022.

No dia 4 de Fevereiro, na Ilha de S. Miguel, iniciou-se o périplo pela Região Autónoma dos Açores (ver texto sobre este evento).

Na manhã do dia 5 de Fevereiro, já na Ilha Terceira, promovida pelos delegados da ANS da Base Aérea nº 4, decorreu nas Lajes uma reunião informal em que estiveram presentes Sargentos da Força Aérea e do Exército.



É de realçar a presença de jovens Sargentos, do Quadro Permanente e em Regime de Contrato. Foi registada, com satisfação, a presença de uma delegação

de Sargentos do Regimento de Guarnição nº 1 – Angra do Heroísmo. Esta presença na Ilha Terceira estendeu-se durante todo o dia. Um dos dirigentes da ANS, que presta serviço na BA-4, não pôde estar presente por se encontrar no Continente a cumprir uma missão de serviço.



Para além de terem sido abordados diversos assuntos e matérias relativos à vida e à carreira dos Sargentos, foi essencialmente apresentado, em linhas gerais, o projecto que continua a ser trabalhado pela ANS para a revisão e alteração do regime remuneratório dos Sargentos e as necessárias alterações legislativas a diversos diplomas.

No encerramento das comemorações no ano de 2022, ficou uma vez mais bem evidente que o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, é gerador de forte consciência de Classe, como desde há muito tempo é reivindicado, defendido e praticado pela ANS.

Para além das iniciativas promovidas pela ANS em diversos locais do País (Continente e Regiões Autónomas), contou este ano com inúmeros eventos em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos dos três Ramos das Forças Armadas, conforme damos disso conta nesta edição do jornal “O Sargento”.▲





## O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada

**E**m memória dos camaradas Sargentos que em 1891 se revoltaram contra o poder vigente da altura e que lutaram para o mudar, comemoramos mais uma vez o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.

A pandemia que continua a assolar o país condicionou, mais uma vez, as nossas comemorações na ilha de S. Miguel. Havendo inicialmente uma grande adesão para o jantar convívio, a pandemia impediu alguns camaradas de marcar presença. Realizámos o convívio com a presença do presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, contando ainda com Sargentos da Marinha e do Exército e, este ano, realçamos a presença de camaradas recém-entrados no Quadro Permanente.

Após a mensagem de boas vindas e do jantar, realizou-se a leitura da intervenção comum relativa ao evento dando-se de seguida início ao debate. O debate iniciou-se com a abordagem relativa à discussão em plenário da Assembleia da República da petição para a revisão do regime remuneratório dos militares e da situação particular dos Sargentos. Este tema é um dos que mais mal-estar provoca. A injustiça pela não actualização face a outras carreiras especiais da função pública, cujas carreiras foram recentemente revistas, a aproximação do salário mínimo face aos restantes vencimentos, são assuntos que geram preocupação. Para além destes temas, abordou-se também o recente “aumento” de 0,9% anunciado com pompa e circunstância pelo executivo. Este “valor”, para além de ser menor do que a inflação, provocou ainda um decréscimo no final do mês para alguns dos camaradas, porque perceberam que ficaram a receber menos. Abordou-se também a situação das promoções e do seu atraso. Para além de estas terem chegado tarde e sendo “a custo zero” para a instituição, mostraram já não ser necessário despacho conjunto (autorização do ministério das finanças), situação esta denunciada pela ANS, evidenciando desta forma um claro desnorte (para não lhe chamar outra coisa) das nossas chefias. Houve também por parte de Lima Coelho a explicação do trabalho da ANS desde a sua criação para, de uma forma sucinta, elucidar os camaradas mais novos do que foi feito e do permanente combate às injustiças que acontecem no seio das Forças Armadas, nomeadamente na categoria de Sargentos. No final cortou-se o bolo alusivo à comemoração, foi feita a entrega de uma lembrança à ANS numa figura feita por exímio



artesão, representando S. Miguel Arcanjo, padroeiro de Ponta Delgada, numa réplica perfeita do monumento existente naquela cidade, e, como é hábito, cantou-se o Hino Nacional.

À parte do jantar, e em conversa informal, fizemos uma súmula do que aconteceu durante o ano. Foi com agrado que informámos que já temos o protocolo com o Hospital Internacional dos Açores, matéria esta que vinha sendo debatida há algum tempo. Esta medida veio preencher uma lacuna enorme no apoio à família militar na Ilha de S. Miguel. Concordamos todos que os vários artigos a alertar sobre o assunto surtiram efeito mostrando que vale a pena chamar a atenção. O que ainda não foi conseguido foi a chegada dos vários materiais necessários para um cabal cumprimento das várias missões bem como a renovação das instalações. Chegaram equipamentos, é verdade, mas como as faltas são tantas, o pouco que chegou sabe efectivamente a pouco. Desde a falta de viaturas, prejudicando a projecção de forças, à falta de equipamento individual e, mais gritante, a falta de meios informáticos para a garantia da qualidade da própria formação ministrada na Ilha. Em termos de instalações, o adiar das obras que urge serem realizadas, provoca

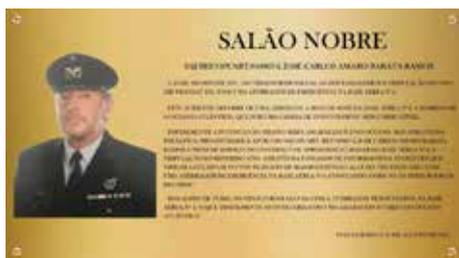
desgaste, quer em termos dos materiais, quer em termos da moral. Mesmo sabendo que existe material que já se encontra disponibilizado para vir do continente, este aguarda a sua projecção. Uma das explicações avançadas é que com a falta de governo, fruto do calendário eleitoral e no rescaldo das eleições, não haverá autorização para a resolução deste e de outros problemas.

Mas, no final, o que nos suscitou maior preocupação, foi sentir a falta do conhecimento, por parte dos camaradas mais novos, sobre a existência e trabalho desenvolvido pela ANS. Desconhecem por completo o que é a ANS. Desconhecem as conquistas e o próprio trabalho continuamente realizado por esta. E o que interessa, de facto, é saber o porquê de isto estar a acontecer. Que existe descontentamento, eles vêm-no todos os dias. Será falta de vontade, ou será que os mais antigos também não conhecem a ANS? Que a maioria reconhece que a instituição está mal, todos o reconhecem e não são só os Sargentos que o dizem. Mas e agora? O que fazer?

Soube a pouco! Talvez esteja na altura de se fazer mais. Sentimos a falta dos mais antigos da categoria, que já se fizeram representar noutras ocasiões. Os que saíram disseram “Presente”! E essa atitude foi, e é, muito importante porque mostrou, e pode mostrar, aos mais novos o caminho, mas sobretudo, que não são as “conversas de bar” que resolvem o caminho. Que são, mais do que as palavras, os actos que mostram esse mesmo caminho. Um caminho de luta para demonstrar que somos militares, que somos Sargentos, que temos dignidade e merecemos respeito. E só com respeito poderemos servir as Forças Armadas. Para servirmos o nosso país, para servirmos PORTUGAL.

*Núcleo da ANS de Ponta Delgada ▲*

## Sargento Justamente Homenageado



**P**or proposta do Clube de Sargentos da Base Aérea Nº4 e com o apoio do Comando daquela Unidade, foi prestado o devido tributo e homenagem ao Sargento-Ajudante Operador de Tráfego Aéreo (SAJ/OPCART), José Carlos Amaro Barata Ramos, dando o nome deste Camarada ao Salão daquele Clube, dado o profissionalismo, a iniciativa, as informa-

ções assertivas e a calma exigida com que este Camarada (na altura a prestar serviço no Controlo de Aproximação de Radar da Esquadra de Tráfego Aéreo) permitiu que na madrugada de 24 de Agosto de 2001, fossem salvas 306 vidas (dos passageiros e respectiva tripulação) do voo Air Transat 236, com uma aterragem de emergência no aeródromo militar da Ilha Terceira, Açores.

Este incidente decorreu quando a aeronave AIRBUS 230, proveniente de Toronto (Canadá) e com destino a Lisboa, se encontrava a 800 milhas náuticas da Base Aérea Nº 4, e que devido a uma cadeia de eventos ficou sem combustível, sendo na altura intenção do piloto

comandante proceder a amaragem no Oceano Atlântico, mas que culminou num voo planado de cerca trinta minutos, sem motores, constando assim do “Guinness Book of Records”.

Numa época em que se vive tanta



negatividade, são actos como este que nos elevam e nos quais devemos encontrar alento para continuar a cumprir e demonstrar pelo exemplo, com dignidade e espírito de missão, o que também é apanágio dos Sargentos. ▲



## O 31 DE JANEIRO – DIA NACIONAL DO SARGENTO

**A** pesar das dificuldades impostas pela pandemia e de ainda vigorarem algumas restrições ou limitações, a Direcção da ANS entendeu promover actos comemorativos do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” onde tal fosse possível e exequível, respeitando os necessários cuidados sanitários e nunca pondo em causa a segurança e a saúde.

Tendo em conta estes cuidados e justificadas preocupações, não foi possível realizar comemorações em todos os núcleos, como habitualmente e ao longo dos anos vem acontecendo. Contudo, ficou claro que é possível, desejável e necessário contrariar o “novo anormal” e retomar o “velho normal” assinalando esta data de tão grande significado para os Sargentos de Portugal.

Em todos os locais onde decorreram eventos comemorativos, para além das mensagens e intervenções de carácter socioprofissional, promovendo a defesa dos direitos dos Sargentos, foi lida a “Intervenção Comum” cujo conteúdo transcrevemos de seguida:

*“Os Sargentos de Portugal, sob a égide da sua associação representativa – a ANS - assinalam entre 21 de Janeiro e 5 de Fevereiro, a Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, a primeira tentativa de implantação da República no nosso País, em que os Sargentos da Guarnição Militar do Porto tiveram papel determinante na sua preparação e condução. Apesar de derrotada a revolta, ficou o exemplo de coragem, determinação e amor à Pátria que serviu de farol a todos os portugueses que não aceitavam a falta de dignidade nem a humilhação. Esse exemplo veio a frutificar dezanove anos depois, na revolução de 5 de Outubro de 1910, onde os Sargentos, mais uma vez, viriam a desempenhar papel de grande relevo.*

*Foram estes valores que nos levaram há mais de quatro décadas a institucionalizar o 31 de Janeiro como o “Dia Nacional do Sargento” que comemoramos e assinalamos de forma sentida, com respeito e elevação, em muitos locais e unidades militares onde existam Sargentos.*

*No âmbito socioprofissional, no que aos Sargentos diz respeito, são inúmeros os motivos que levam os Sargentos a ter de continuar a lutar por melhores condições, entre eles:*

- *uma deficiente, e em muitos aspectos, ineficaz assistência na doença;*
- *um regime remuneratório obsoleto, classista e elitista;*
- *falaciosos aumentos que motivam que muitos militares se confrontem com uma efectiva redução líquida nos vencimentos;*
- *promoções injustificada e desnecessariamente atrasadas, lesando os Sargentos nos planos material, funcional, social e motivacional;*
- *sujeição a regulamentos de avaliação e de disciplina absolutamente desajustados, potenciadores de colocar em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas;*
- *desrespeito dos direitos socioprofissionais, através de sucessivos ataques à Condição Militar, afectando a dignidade dos militares e das próprias Forças Armadas;*

*... e muitos outros aspectos poderíamos aqui elencar! O cenário que então conduziu à Revolta do Porto não é muito diferente da realidade que enfrentamos nos dias de hoje. As semelhanças são tristemente evidentes:*

- *a perda da Soberania Nacional às mãos de duvidosos interesses estrangeiros;*
- *a propagação da corrupção;*
- *o reiterado incumprimento das promessas eleitorais e das Leis por parte de sucessivos governos,*
- *o tratamento diferenciado e discriminatório entre as classes militares;*

*entre outros aspectos igualmente gravosos.*

*Ao assinalarmos mais uma vez o “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, 131 anos passados sobre a Revolta do Porto, não podemos deixar de estabelecer o paralelo entre o passado e o presente, para também assim se aprenderem as lições, colher os exemplos e decidir tomar em nossas mãos a escolha dos caminhos a seguir rumo ao futuro. A determinação, o empenho e uma coragem sem limites foram a herança deixada às gerações futuras pelos Sargentos Abílio Meireles, Rocha, Galho, e tantos outros.*

*A todos nós!*

*Nós, os Sargentos de Portugal, somos o fiel depositário dessa herança e temos por isso a obrigação moral de dar continuidade à luta pela dignificação da classe a que orgulhosamente pertencemos, participando nas lutas socioprofissionais que se avizinham e para as quais seremos TODOS convocados.*

*Estas lutas apresentam-se duras, mas fundamentais para*

*defendermos e exigirmos o respeito pelos nossos direitos, para rechaçarmos o tratamento discriminatório, avançando no caminho para uma vida melhor que nos devolva a esperança e permita perspectivar um futuro digno para todos!*

*Vivam os Heróis do 31 de Janeiro!*

*Viva a Associação Nacional de Sargentos! Vivam os Sargentos de Portugal!*

*Vivam as Forças Armadas! Viva Portugal!” ▲*



Braga



Leiria/Monte Real



Beja



Beja



Lisboa



Lisboa



# O “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”

## Corpo de Fuzileiros (Base e Escola)



No dia 31 de Janeiro de 2022, os Sargentos do Corpo de Fuzileiros juntaram-se para um “Porto de Honra” após o almoço nas suas respectivas messes, na Base de Fuzileiros (no Alfeite) e na Escola de Fuzileiros (em Vale de Zebro), assinalando desta forma o acto comemorativo do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”. Num clima de grande elevação e consciência de classe, estas comemorações proporcionaram o fortalecimento da coesão e camaradagem entre os presentes num momento de convívio e troca de ideias sobre as mais diversas matérias, sendo de assinalar a grande adesão dos camaradas. ▲



## RAME, em Abrantes

No dia 31 de Janeiro de 2022 decorreu no Quartel de São Lourenço, em Abrantes, a celebração do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”.

Para assinalar a efeméride, realizou-se uma cerimónia militar de homenagem aos mortos, presidida pelo Exmo. Comandante do RAME, Coronel de Infantaria Joaquim José Estevão da Silva.

Após a cerimónia, foi efectuada pelo Segundo-Sargento de Artilharia, Ricardo Santos, uma breve apresentação sobre os acontecimentos históricos que motivaram a escolha do dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. ▲



RAME – Abrantes (Regimento de Apoio Militar de Emergência)

## O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em sites oficiais

Para além de ter sido assinalado em outros locais do mundo onde se encontram Sargentos em missão de serviço (ver texto sobre o Maputo – Moçambique), este dia foi também formalmente assinalado

em páginas e sítios dos Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, numa clara e inequívoca demonstração que reconhecer, assinalar e comemorar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” é, afinal, motivo de unidade, coesão e disciplina. E os Sargentos merecem o reconhecimento formal e oficial do seu Dia Nacional! ▲





# O “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” Em Unidades Militares



CFMTFA – Ota (Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea)



RE1 – Tancos (Regimento de Engenharia Nº 1)



Direcção de Formação – Évora



AT1 – Figo Maduro  
(Aeródromo de Trânsito Nº 1)



BA5 – Monte Real  
(Base Aérea Nº 5)

O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” foi assinalado, comemorado, em inúmeras Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos Militares por todo o País.

Com actos mais ou menos participados, com maior ou menor solenidade, em cenário cerimonial mais ou menos completo, esta data de tão grande significado para os cidadãos portugueses em geral, mas muito especial para os Sargentos de Portugal em particular, foi assinalada de uma forma em

que sobressai a grande noção de coesão, disciplina e elevada consciência de classe.

É assim que, com passos firmes, com muita determinação, continuamos a caminhar no sentido de alcançar o reconhecimento formal e oficial do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”!

Publicamos imagens e textos relativos a alguns dos actos comemorativos que decorreram em Unidades dos três ramos das Forças Armadas. ▲



EMFA – Alfragide (Estado Maior da Força Aérea)



RTm – Porto (Regimento de Transmissões)



CME – Monsanto (Centro de Manutenção Electrónica)



UnApCmdLog – Paço d’Arcos  
(Unidade de Apoio ao Comando da Logística)



RC6 – Braga  
(Regimento de Cavalaria nº 6)



# Comemoração do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”

## Entroncamento

No Entroncamento, os elementos da organização, em face da situação pandémica que se vive em Portugal, entenderam não existirem condições para a realização do tradicional jantar comemorativo, no entanto, quiseram festejar esta importante data para os Sargentos.

Assim, o acto a comemorativo do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, decorreu pelas 14h30 do dia 31 de Janeiro de 2022, ao ar livre, na zona da esplanada/bar dos campos de futebol e da pista de Atletismo do Entroncamento, onde compareceram 25 Sargentos.

Dadas as boas vindas a todos os camaradas Sargentos, foi feita a leitura da “Intervenção Comum” elaborada pela ANS, evocativa desta data e onde estão elencados os principais problemas sentidos pelos Sargentos, que em tudo, são muito semelhantes aos vividos há 131 anos (31 de Janeiro de 1891).



Depois foram dadas algumas informações sobre as dificuldades vividas pelos militares, onde se destacou a quase inexistência de protocolos de apoio à saúde por parte da ADM e da menoridade ou falta de apoio social complementar que deveria ser proporcionado pelo IAS-FA; o tão badalado aumento remuneratório para 2022 (máximo de 0,9%), que para uma grande percentagem de militares quer no activo, reserva e reforma, se traduziu numa mudança para novo escalão de IRS e, conseqüentemente, levou a perda no seu vencimento líquido, agravado pela inflação ter sido superior a 2% em 2021; o reiterado atraso anual nas promoções que se verifica há mais de uma década, com graves prejuízos para os militares e suas famílias; a tabela remuneratória que há mais de 10 anos não é revista lesando os militares no seu poder de compra; etc.



De seguida, todos os presentes deslocaram-se para a “Rotunda do Combatente” onde foi tirada uma fotografia do grupo comemorativo do “31 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DO SARGENTO”.

Viva o 31 de Janeiro!

Viva o Dia Nacional do Sargento! Quer queiram quer não!

Mário Pereira ▲

## Porto

Quando se assinalam os 131 anos da Revolta do Porto, de 31 de Janeiro de 1891, a ANS esteve presente, num dia muito intenso, em diversas iniciativas que assinalaram aquela efeméride.



No cemitério do Prado do Repouso, junto ao monumento “Paz aos Vencidos do 31 de Janeiro”, uma delegação representativa da ANS e dos Sargentos de Portugal esteve presente a convite da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro. Depois da deposição de coroas de flores na base do monumento, foi aberto o espaço para intervenções (do Presidente da Direcção desta associação, do Presidente da Direcção da ANS, do Presidente da Câmara Municipal do Porto e do Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano). Na sua intervenção, Lima Coelho, enalteceu o papel dos Sargentos de Portugal não apenas naquele evento precursor da República, mas igualmente ao longo da História, e até no momento presente, na defesa dos princípios e valores consagrados na Constituição da República.

Posteriormente, uma delegação de dirigentes da ANS esteve presente no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Porto, numa Tertúlia promovida pela UNICEPE – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, subordinada



ao tema “O 31 de Janeiro e o Porto Republicano”, tendo como base a toponímia da cidade ligada a este evento histórico. O presidente da Direcção da ANS dirigiu a todos os presentes uma mensagem em nome dos Sargentos de Portugal.

A finalizar o dia e as actividades relacionadas com as comemorações desta efeméride na cidade do Porto, teve lugar um jantar no restaurante “City Top”, organizado por cinco dirigentes da ANS, do núcleo do Norte. Devido às circunstâncias decorrentes da pandemia, este jantar foi limitado a um pequeno número de presenças, contando com representantes de várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares da região, estando igualmente presentes os presidentes da Direcção e da Assembleia Geral da ANS. Para além da leitura da “Intervenção Comum” foram abordadas as questões de âmbito socioprofissional que preocupam e afectam a vida dos sargentos de Portugal. O bolo comemorativo foi partido pelo Sargento mais jovem presente no evento. ▲

## Moçambique - Maputo

De forma a comemorar o “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, reuniram-se num jantar convívio Sargentos que estão colocados em Maputo, Moçambique, na Cooperação no Domínio da Defesa, na EUTM e junto da Embaixada de Portugal em Maputo.

Estão também destacados Sargentos no Chimoio e Nampula, que não podendo estar fisicamente presentes, foi estabelecido contacto e, de alguma forma, esses militares também celebraram a data.

Viva os Sargentos, Viva Portugal! ▲





# ASSÉDIO

## ASSÉDIO

(Legislação)

A CRP (Constituição da República Portuguesa) - **Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto**, consagra alguns princípios fundamentais dos seus cidadãos. Por ter vindo a ser constantemente “assediada” nos últimos tempos e pelo assunto que aqui nos propomos tratar, destacamos:

### Artigo 9.º

#### (Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

### Artigo 13.º

#### (Princípio da igualdade)

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

### Artigo 16.º

#### (Âmbito e sentido dos direitos fundamentais)

Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.

Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a **Declaração Universal dos Direitos do Homem**.

### Artigo 21.º

#### (Direito de resistência)

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

### Artigo 25.º

#### (Direito à integridade pessoal)

A integridade moral e física das pessoas é inviolável. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratamentos penais cruéis, degradantes ou desumanos.

Da mesma forma a **Lei n.º 73/2017 de 16 de Agosto** reforça o quadro legislativo para a **prevenção da prática de assédio** no sector privado e na Administração Pública, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho. Salientamos as alterações seguintes:

### Artigo 29.º

[...]

1 — É proibida a prática de assédio.

2 — (...)

3 — (...)

4 — A prática de assédio confere à vítima o direito de indemnização, aplicando-se o disposto no artigo anterior.

5 — A prática de assédio constitui contraordenação muito grave, sem prejuízo da eventual responsabilidade penal prevista nos termos da lei.

6 — O denunciante e as testemunhas por si indicadas não podem ser sancionados disciplinarmente, a me-

nos que actuem com dolo, com base em declarações ou factos constantes dos autos de processo, judicial ou contraordenacional, desencadeado por assédio até decisão final, transitada em julgado, sem prejuízo do exercício do direito ao contraditório.

### Artigo 127.º

[...]

1 — (...)

k) Adotar código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores;

l) Instaurar procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho.

7 — Constitui contraordenação grave a violação do disposto nas alíneas k) e l) do n.º 1 e contraordenação leve a violação do disposto na alínea j) do n.º 1 e nos n.ºs 5 e 6.

### Artigo 283.º

[...]

8 — A responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio é do empregador.

9 — A responsabilidade pelo pagamento da reparação dos danos emergentes de doença profissional prevista no número anterior é da segurança social, nos termos legalmente previstos, ficando esta sub-rogada nos direitos do trabalhador, na medida dos pagamentos efectuados, acrescidos de juros de mora vincendos.

### Artigo 331.º

[...]

2 — (...)

b) Até um ano após a denúncia ou outra forma de exercício de direitos relativos a igualdade, não discriminação e assédio.

### Artigo 394.º

[...]

2 — (...)

f) Ofensa à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador, punível por lei, incluindo a prática de assédio denunciada ao serviço com competência inspectiva na área laboral, praticada pelo empregador ou seu representante.

## ASSÉDIO

(Tipos, formas, fases e seus intervenientes)

Aproveitando assim o enquadramento legal, no seguimento, iremos falar sobre o assédio, os seus variados tipos, formas e fases de assédio e seus intervenientes. Damos exemplos concretos tentando enquadrá-los dentro da Instituição Militar e algumas formas de o evitar ou combater.

Importa então, antes de mais ver o que é assédio.

Segundo o dicionário, assédio é um “comportamento desagradável ou incómodo a que alguém é sujeito repetidamente” (in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*).

A palavra “assédio” possui ainda origem em dois vocábulos do latim: (*absedius*) do acento e (*obsidium*) do cerco, cilada. Obsidium transformou-se no termo do latim vulgar (*adsedium*), que deu origem ao termo italiano (*assédio*). Originalmente referia-se aos cercos militares a cidades e fortalezas, tendo sido estendido de modo figurado posteriormente a situações semelhantes da vida quotidiana das pessoas.

Assediar, por sua vez, significa perseguir com insistência, que é o mesmo que molestar, perturbar, aborrecer, incomodar, importunar.

Para estarmos na presença de assédio, teremos de ter duas partes implicadas, o *agressor* e a *vítima*.

### O agressor ou (assediador):

É essencialmente um indivíduo destituído de ética e de moral. O agressor age por impulsos negativos e sem nenhuma nobreza de carácter, revelando o seu lado perverso ao verificar a sua vítima sucumbir aos poucos diante da sua iniquidade<sup>1</sup>. Olhando externamente é difícil identificar o agressor, pois a imagem que projecta de si mesmo é sempre bastante positiva. Geralmente, os agressores (ou assediadores) não centram as suas forças em pessoas serviciais e/ou naqueles que são considerados partes do “grupo” de amigos. O que desencadeia



a sua agressividade e a sua conduta é um receio pelos êxitos e méritos dos demais. Um sentimento de irritação rancorosa, que se desencadeia através da felicidade e vantagens que o outro possa ter. O agressor tem noção clara das suas limitações, deficiências e incompetência profissional, estando consciente do perigo constante a que está submetido na sua carreira. É o conhecimento da sua própria realidade que o leva a destroçar carreiras de outras pessoas. Pode-se somar o medo de perder determinados privilégios, e esta ambição empurra-o a eliminar drasticamente qualquer obstáculo que se interponha no seu caminho. Ao falar de agressor, tem que se fazer uma distinção entre aqueles que colaboram com o comportamento agressivo de forma passiva e os que praticam a agressão de forma direta. É comum colegas de trabalho aliarem-se ao agressor ou calarem-se diante dos factos. Em geral, aquele que pratica o assédio moral tem o desejo de humilhar o outro ou de ter prazer em sentir a sensação de poder sobre os demais integrantes do grupo. Pode até a fazer concessões a possíveis adeptos para que se juntem ao grupo, fortalecendo o assédio moral ao profissional isolado. Alguns unem-se porque igualmente gostam de abuso de poder e humilhar, outros unem-se por covardia e medo de perderem o emprego, e outros, por ambição e por competição, aproveitam a situação para humilhar, mais ainda, a vítima. Em geral, os assediadores provocam acções humilhantes ao profissional ou obrigam ao cumprimento de tarefas absurdas e impossíveis de realizar, para gerar a ridicularização pública no ambiente de trabalho e a humilhação do assediado. Outra estratégia utilizada pelos assediadores é denegrir a imagem do

<sup>1</sup> *Iniquidade*: que é contrário à justiça e à equidade, injustiça, parcialidade, tendenciosidade, desigualdade, arbitrariedade, partidarismo, facciosismo, facciosidade.



profissional com humilhações. E, para conseguir adeptos e ganhar força com a perseguição moral que praticam, utilizam-se de armas psicológicas para angariar aliados, mesmo aqueles considerados inocentes úteis. Na maioria dos casos, procuram forçar o profissional atingido a desistir do emprego. Aquele que faz o assédio moral pode ter desejo de abuso de poder para sentir-se mais forte do que realmente é, ou humilhar a vítima com exigências absurdas. Alguns, inclusive, são sádicos e provocam outras violências além da moral. Muitas vezes, apresenta características narcisistas: ideia grandiosa de sua própria importância, fantasias ilimitadas de êxito e poder, necessidade excessiva de ser admirado, atitudes e comportamentos arrogantes. É importante ressaltar que alguns chefes tornam-se agressores para trabalhadores por serem constantemente pressionados pelas empresas para se cumprir determinadas metas. Neste caso, o problema de assédio moral é um problema estrutural da empresa.

O assédio moral, no entanto, pode estar também no rol das acções específicas ao serviço da impropriedade<sup>2</sup>. Um chefe ou director pode, ao observar a possibilidade de ser denunciado por alguma atitude imoral ou ilegal, demandar pressão sobre os prováveis denunciadores, como forma de calar, ou sobre todo um grupo, como forma de incutir o temor face à possibilidade de retaliação.

Esta versão, acima descrita por Jorge Luiz de Oliveira da Silva (2006), parece-nos bastante assertiva e pormenorizada, motivo pela qual a transcrevemos.

### A vítima:

Não existe um perfil psicológico determinado que predisponha uma pessoa a ser vítima de assédio moral. Qualquer um o pode ser neste caso.

Aos olhos do agressor, a vítima é uma pessoa inconformista, que, graças à sua preparação ou à sua inteligência, questiona sistematicamente os métodos ou fórmulas de organização do trabalho que lhe são impostos. Importa salientar que diminuir ou criticar é colocar o outro em

situação de inferioridade. Fazer propaganda contra alguém é mais fácil se essa pessoa possui características que estimulem o preconceito de cor, de orientação sexual, de sexo, de ideologia, de classe social ou aquele dirigido às pessoas portadoras de deficiência.

Embora não haja um perfil psicológico, há casos de assédios contra trabalhadores com altos salários que são ameaçados de substituição por outros com menores salários e trabalhadores que são representantes de sindicatos e associações.

O assédio moral traz terríveis consequências à vida pessoal, familiar e profissional da vítima.

Para Mara Vidigal Darcanchy, que aqui citamos, a prática do assédio moral traz implícitas situações em que a vítima se sente ofendida, menosprezada, rebaixada, inferiorizada, constrangida, ultrajada ou em que, de qualquer forma, tenha a sua autoestima rebaixada por outra pessoa. Esse estado de ânimo traz consequências funestas para as vítimas, daí a necessidade de se conhecer bem o quadro e tratá-lo juridicamente, defendendo, assim, aqueles que são vítimas de pessoas opressoras, as quais, de alguma forma, têm o poder de coagi-las no seu local

de trabalho ou no exercício das suas funções.

O assédio moral pode, também, acarretar dano material, como a perda do emprego e gastos com tratamento médico e psicológico, além, é claro, de atingir profundamente a personalidade do empregado, ferindo, com violência, o seu amor-próprio, a sua autoestima, a sua boa fama, a sua imagem e principalmente a sua dignidade e a sua honra.

### Tipos de assédio

Existem vários tipos de assédio: o assédio processual, o assédio judicial, o assédio virtual ou “cyberbullying”, o assédio sexual, o assédio moral, o assédio no trabalho, o “stalking” e o “bullying”, sendo estes os mais comuns e visíveis.

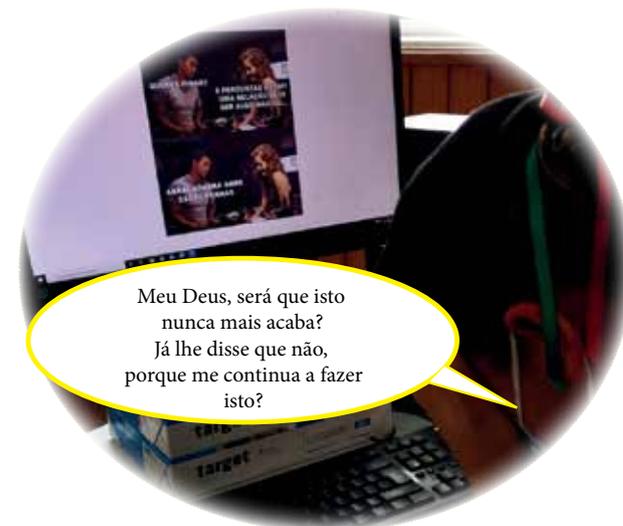
O **assédio processual** é o conjunto de actos processuais temerários, infundados ou despropositados, com o intuito de retardar ou procrastinar o andamento dos factos, evitar o pronunciamento judicial, enganar o Juízo ou impedir o cumprimento ou a satisfação do direito reconhecido judicialmente, desestimulando o adversário da demanda, fazendo com que este saia desacreditado na justiça, atingindo não só a parte contrária, mas também a sociedade.

O **assédio judicial** é uma acção coordenada de processos judiciais, transformando-os em instrumentos de perseguição e intimidação.

O **assédio virtual** (do inglês **cyberbullying**) é uma prática que envolve o uso de tecnologias de informação e comunicação para dar apoio a comportamentos deliberados, repetidos e hostis praticados por um indivíduo ou grupo com a intenção de prejudicar o outro. Tem-se

tornado cada vez mais comum na sociedade, especialmente entre os jovens. Actualmente, legislação vária e campanhas de sensibilização têm surgido para combatê-lo. Pode ser definido como: “Quando a internet, telemóveis ou outros dispositivos são utilizados para enviar textos ou imagens com a intenção de ferir ou constranger outra pessoa”. O assédio virtual pode ser tão simples como continuar a enviar e-mail para alguém que já disse que não quer ter mais contacto com o remetente, ou então pode incluir também ameaças, comentários sexuais, rótulos pejorativos, discurso de ódio, tornar as vítimas alvo de ridicularização em fóruns ou postar declarações falsas com o objectivo de humilhar. Os assediadores podem divulgar os dados pessoais das vítimas (como nome, endereço ou local de trabalho e/ou estudo) em sites ou fóruns, ou publicar material em seu nome que o difame

ou ridicularize. Alguns também podem enviar e-mails e mensagens instantâneas ameaçando e/ou assediando as vítimas, postar rumores e boatos e instigar os outros a agredir a vítima. No ensino secundário, as raparigas são mais propensas a envolver-se nesse tipo de assédio do que os rapazes. Mas, independente do género do assediador, o seu objectivo é intencionalmente envergonhar, perseguir ou fazer ameaças on-line a outros. Esse assédio pode ocorrer por meio de e-mail, mensagens de texto e mensagens para blogs e sites (como os de relacionamento). O assédio virtual pode ser considerado tão prejudicial quanto o assédio “tradicional”, podendo, inclusive, levar



em casos extremos, ao suicídio ou homicídio. Embora o uso de comentários sexuais esteja, às vezes, presente no assédio virtual, esse não é o mesmo que assédio sexual. A massificação da internet, especialmente pelo uso entre as novas gerações, contribui para o aumento do assédio virtual, pois, no mundo virtual, os assediadores não precisam fornecer as suas verdadeiras identidades. A prática de cyberbullying, porém, não se limita apenas às crianças ou jovens, podendo ocorrer também entre adultos.

O **assédio sexual** abrange uma vasta gama de comportamentos que vão desde agressões verbais até abuso sexual e agressão sexual. O assédio sexual pode ocorrer em diferentes lugares, como no trabalho, em casa, na escola, na igreja, etc. Tanto a pessoa que assedia como a pessoa que é assediada podem pertencer a qualquer género sexual. Na maior parte das legislações actuais, o assédio sexual é ilegal. As Leis, no entanto, geralmente não proíbem o simples namoro ou jogos de sedução, comentários improvisados ou incidentes isolados menores. Em sentido estrito, a expressão refere-se a um tipo de coerção de carácter sexual praticada geralmente por uma pessoa em posição hierárquica superior em relação a um subordinado (embora o contrário também possa acontecer), normalmente em local de trabalho ou ambiente académico. O assédio sexual caracteriza-se por alguma ameaça, insinuação de ameaça ou hostilidade contra o subordinado visando algum objectivo. Exemplos clássicos são as condições impostas para uma promoção que envolvam favores sexuais, ou a ameaça de demissão caso o empregado recuse o namoro ou jogos de sedução do superior.

Em Portugal, os pontos 2 e 3 do artigo 29º do Código do Trabalho definem assédio da seguinte forma:

2- Entende-se por assédio o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em factor de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objectivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afectar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

3- Constitui assédio sexual o comportamento indesejado de carácter sexual, sob a forma verbal, não verbal,

<sup>2</sup> Impropriedade: inconveniência, inoportunidade, inexactidão, indeterminação



física, com o objectivo ou o efeito referido no número anterior.

Para além de previsto na legislação laboral portuguesa, o assédio sexual está englobado no artigo 170º do Código Penal, referente ao crime de importunação sexual “quem importunar outra pessoa, praticando perante ela actos de carácter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constrangendo-a a contacto de natureza sexual”. Em suma, o crime de importunação sexual prevê situações de exibicionismo, verbalizações de teor sexual e contacto físico.

O **assédio moral** é a exposição de alguém a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas. Geralmente, tal expressão refere-se a actos ocorridos durante a jornada de trabalho e no exercício de suas



funções. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefe(s) dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima, com o ambiente de trabalho e a organização. O dicionário diz-nos que “assédio” significa, entre outras coisas, insistência inoportuna junto a alguém, com perguntas, propostas e pretensões, entre outros sintomas. “Assediar”, por sua vez, significa perseguir com insistência, que é o mesmo que molestar, perturbar, aborrecer, incomodar, importunar. Por ser algo privado, a vítima, dependendo do contexto, precisa de efectuar esforços redobrados para conseguir provar na justiça o que sofreu, mas é possível conseguir provas técnicas obtidas através de documentos (actas de reuniões, fichas de acompanhamento de desempenho, fichas de avaliação, etc), além de testemunhas idóneas para falar sobre o assédio moral cometido.

A psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2000),



uma das primeiras estudiosas a preocupar-se com a questão do assédio moral no trabalho, na perspectiva da sua especialidade, entende o mesmo como sendo qualquer conduta abusiva, configurada através de gestos, palavras, comportamentos inadequados e atitudes que fogem do que é normalmente aceite pela sociedade. Essa conduta abusiva, em razão de sua repetição ou sistematização,

atenta contra a personalidade, dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando o seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho.

#### Quanto à forma de assédio

Quanto à forma, os tipos de assédio podem ser:

**Assédio descendente** é o tipo de assédio mais comum. Dá-se de forma vertical, de cima (chefe) para baixo (subordinados). O seu principal objectivo é desestabilizar o trabalhador, de forma a que este produza mais por menos, sempre com a impressão de que não está a atingir os objectivos da empresa, que, na maioria das vezes, até já foram ultrapassados.

**Assédio ascendente** é o tipo mais raro de assédio, dá-se de forma vertical, mas de baixo (subordinados) para cima (chefia). É mais difícil de acontecer, pois geralmente é praticado por um grupo contra a chefia, já que dificilmente um subordinado, isoladamente, conseguiria desestabilizar um superior. A principal causa prende-se com subordinados com ambição excessiva. Geralmente, existe um ou dois funcionários que influenciam os demais, tendo como objectivo alcançar o lugar do superior.

**Assédio paritário** é o que ocorre de forma horizontal ou misto, quando um grupo isola e assedia um membro parceiro. O seu principal objectivo é eliminar concorrentes, principalmente quando este indivíduo se vem destacando com frequência perante os superiores.



#### Fases em que ocorrem:

##### Primeira fase

É algo normal que, nas empresas, surjam conflitos devido à diferença de interesses. Devido a isto, surgem problemas que podem solucionar-se de forma positiva através do diálogo ou que, pelo contrário, constituem o início de um problema mais profundo.

##### Segunda fase

Na segunda fase de assédio ou fase de estigmatização, o agressor põe em prática toda a estratégia de humilhação da sua vítima, utilizando uma série de comportamentos perversos cuja finalidade é ridicularizar e isolar socialmente a vítima. Nesta fase, a vítima não é capaz de acreditar no que está a acontecer, sendo frequente que negue a evidência perante o resto do grupo a que pertence.

##### Terceira fase

Esta é a fase de intervenção da empresa (no principio, a empresa considerava que o conflito transcendia a direcção da empresa).

**Solução positiva:** a direcção da empresa realiza uma investigação exaustiva do conflito, decide trocar o traba-

lhador ou o agressor de posto e articulam-se os mecanismos necessários para que não volte a ocorrer o conflito.

**Solução negativa:** a direcção vê o trabalhador como o problema a combater, reparando nas suas características pessoais distorcidas e manipuladas e tornando-se, desta forma, cúmplice do conflito.

#### Quarta fase

A quarta fase é chamada a fase de marginalização ou exclusão da vida laboral, e pode desembocar no abandono do trabalho por parte da vítima. Em casos mais extremos, os trabalhadores acuados podem chegar ao suicídio. Uma solução positiva é pedir para a empresa denunciar o(a) agressor(a).

### ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

Como descrevemos atrás, existem vários tipos de assédio: moral, sexual, virtual, laboral, entre outros.

No entanto, até agora, o que se verificava de uma forma institucional era uma preocupação centrada, algo exacerbada até, com as questões de género, originada provavelmente pelo ingresso nas fileiras de jovens do sexo feminino.

Em Março de 2021, assistimos, da parte do Ministério da Defesa Nacional, à criação de um gabinete que visa a prevenção de assédio.



“A Unidade de prevenção de assédio na Defesa Nacional terá a missão de monitorizar e acompanhar quaisquer denúncias relativas a condutas susceptíveis de constanciar assédio, violência sexual ou discriminação, quando praticadas por parte de militares, militarizados e civis em funções na Defesa Nacional.”

No parágrafo anterior transcrevemos aquela que pretende ser a missão da unidade e gabinete recém-criados, por despacho do Ministro da Defesa Nacional.

Para o Ministério da Defesa parece existir agora uma preocupação ainda mais alargada sobre a temática do sexo feminino e o seu ingresso nas fileiras, o que desde já louvamos.

Como preocupação, seria legítimo associarmos a esta nova adição nas fileiras apenas um tipo de assédio, o sexual, no entanto, serão os outros menos importantes?

Neste sentido, este artigo irá abordar as formas mais comuns de assédio no local de trabalho: assédio sexual e assédio moral e a importância do tal gabinete tratar de todos os tipos de assédio.

Na mente de qualquer pessoa, quando se fala de assédio, a primeira ideia que surge é realmente o assédio sexual.

A vaga que corre mundo fora, pelo mediatismo atingido, influenciada por Hollywood e amplamente difundida nos meios de comunicação social, onde dezenas de vítimas de assédio sexual estão a dar a cara, pode levar-nos a pensar nisso. Mas “Assédio Sexual” é só um dos vários tipos de assédio, como já bem percebemos pelo que foi anteriormente explanado.



## Afinal o que é isso do Assédio?

Assédio sexual pode ser caracterizado por comportamentos desagradáveis e indesejados, de natureza verbal ou física de cariz sexual. Assim todos os comportamentos abaixo descritos são considerados assédio:

- convites de teor sexual, mensagens;
- tentativas de contacto físico;
- chantagem na facilitação de emprego ou progressão laboral a troco de favores sexuais;
- gestos obscenos.

Existe a ideia de que só os chefes/patrões ao exercerem este tipo de comportamentos estarão a incorrer numa situação de assédio, o que é falso. Também os colegas de trabalho ao terem este tipo de comportamentos fazem assédio. Independentemente de ser chefe/patrão ou ser colega, o assédio só é considerado se o comportamento for repudiado, insistente e repetitivo. Desta forma, a vítima de assédio ao confrontar um comportamento menos próprio deve avisar o agressor de que o comentário/gesto não foi apreciado ou foi inconveniente, após o qual não o deve repetir. Havendo insistência deve ser reportado para este comportamento cessar.

Nas Forças Armadas, apesar de poderem existir situações de assédio sexual, estas são situações rapidamente identificadas na medida em que os Comandantes, por norma, estão atentos e sabem que a existirem problemas de assédio nas suas unidades, devem ser resolvidos rapidamente. Sabem também que a instituição, onde as mulheres se encontram em minoria num mundo maioritariamente de homens, está sob permanente escrutínio por parte da Comunicação Social, onde um problema deste tipo seria aproveitado para denegrir a imagem da mesma. Rapidamente nos lembramos do mediatismo que atingiu o episódio no CM (Colégio Militar) e as repercussões causadas ao nível das próprias Chefias. Todos os que estão inseridos na instituição conhecerão, eventualmente, histórias daquele chefe que, usando a sua posição, terá colocado militares do sexo feminino em situações constrangedoras. Quem não conhece histórias de chefes que escolheram os condutores por serem mulheres? Ou histórias infelizes de algumas camaradas que estando grávidas colocam à cabeça da lista possíveis parceiros de relações fortuitas, os próprios chefes, tentando estes depois arranjar forma de se alhearem do problema? Ou até aqueles que, a pretexto de dar indicações a um seu subordinado, arranjam forma de violar a sua privacidade, ficando sozinhos com militares do género feminino, sendo encontrados posteriormente em situações constrangedoras?

Em termos de “Assédio Moral” temos os ataques verbais de conteúdo ofensivo que visam a humilhação da vítima com actos mais ou menos subtis. Deste modo o agressor coloca a vítima em situações desagradáveis de forma repetida, ou não, com o objectivo de coagir e humilhar, denegrindo a imagem desta. Como exemplo de assédio moral no local de trabalho temos:

- agressões verbais;
- imposição de tarefas impossíveis;
- “brincadeiras” ofensivas;
- punições injustas;
- troca ou nomeação de escalas sistemáticas;
- ameaças de toda espécie;
- apelidado de forma pejorativa.

De uma forma geral o assédio, quer sexual ou moral criam um ambiente de trabalho hostil e intimidatório, provocando perturbações no normal desenvolvimento laboral. Síndromas de pânico, depressão, ansiedade entre outros poderão ser doenças provocadas por este fenómeno. Provoca danos psicológicos graves e em última análise problemas ainda maiores ao nível da saúde mental da vítima levando a absentismo e incapacidades

permanentes, inclusive ao suicídio ou até ao homicídio, como por vezes assistimos nos media internacionais sobre massacres em Universidades por parte de vítimas que atingiram o seu ponto de ruptura e entraram em colapso racional, sendo comum o suicídio de imediato.

Desta forma constatamos que no assédio moral a situação já é bastante diferente. A imagem de um subordinado, numa sociedade hierarquizada como a nossa, é levada ao comandante pela cadeia de comando. Na cadeia de comando assenta a génese de qualquer força. Assim qualquer problema com os camaradas, ou com os chefes, é levado através dessa mesma cadeia. Havendo alguém que não se identifique com esta imagem, ou que tenha tido ou venha a ter problemas com um dos elementos da sua cadeia de comando, será muito difícil mostrar valor no seu trabalho, apesar de poder ser um bom elemento. Da mesma forma, será muito difícil ao Comandante reconhecer esse mesmo elemento como bom profissional, se estiver desatento ao seu trabalho ou eventualmente comungar da opinião do grupo assediador, por pertencer àquele ou por ser fortemente influenciado pelo mesmo. Quantos de nós não conhecemos casos de camaradas, excelentes militares, mas porque tiveram uma opinião contrária à do seu chefe começaram a ter más avaliações? Ou o exemplo de um camarada que por ter uma tatuagem e o chefe directo não gostar de tatuagens, faz com que esse camarada comece a ter problemas e se vê obrigado a remover ou cobrir as mesmas? Ou a dificuldade em gozar as licenças a que tem direito, nas alturas pretendidas, com o pretexto do imperativo do serviço? Ou aquele camarada que é colocado junto de um chefe menos competente que o avisa de que ou trabalha ou a sua avaliação será prejudicada, percebendo-se mais tarde que, por mais que se esforce, nunca irá ter o devido reconhecimento? Ou a situação do camarada que não concordando com o seu chefe é ameaçado com um eventual deslocamento? Ou então, funcionando no sentido contrário, um camarada que pertencendo ao grupo protegido, tudo lhe é permitido, desde não se encontrar nas melhores condições para o serviço, aparecer fora de horas só porque lhe apetece ou ter dormido mal, constantemente faltoso a formaturas, ou até “simplesmente” por disparar a sua arma pessoal dentro da camarata apenas porque lhe apetece festejar o dia do seu aniversário, sabendo que tem a conivência dos seus chefes, que fazem vista grossa, ainda que estes estejam presentes ou lhes cheguem queixas nesse sentido? Todas estas situações provocam um sentimento de injustiça, revolta e impunidade. Mas verificamos ainda outras situações que consideramos ainda piores. Um camarada, só porque não bebe a cerveja com o grupo ou não vai aos convívios, começa a ser posto de lado e são os próprios camaradas que influenciam o chefe destes a depreciar esse mesmo camarada. Ou até, esse mesmo, que não vai porque tem a mulher doente e não se encontrando na sua melhor condição psicológica não tem ninguém que o ajude. Não é novidade para ninguém, todos nós devemos estar agora a pensar que já presenciamos ou vivenciamos pelo menos uma situação destas ou parecidas, ou outras, tão gravosas.

### **Faz sentido ter um gabinete para a prevenção do Assédio, especialmente na Defesa Nacional?**

No nosso entender poderá fazer, pelo menos no que respeita à prevenção, no entanto manteremos as nossas reservas, uma vez que ainda só sabemos que pretendem ser ministradas formações através de palestras de sensibilização nas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O), o que nos parece, à partida, muito pouco. Além do mais, a legislação existente já contempla que qualquer militar tem o direito de apresentar queixa, recorrendo directamente ao Provedor de Justiça, conforme a alínea e) do artigo 25º do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas). Também a Autoridade para as Condições

do Trabalho e a Inspeção-Geral de Finanças disponibilizam endereços electrónicos próprios para recepção de queixas de assédio em contexto laboral, no sector privado e no sector público, conforme o Nº 1 do artigo 4º (Informação e divulgação) da Lei Nº 73/2017, de 16 de Agosto, que procede à décima segunda alteração ao Código do Trabalho.

### **Até onde poderá prevenir ou eventualmente combater o assédio, sendo que estará na directa dependência da Tutela?**

Gostaríamos que, para além de prevenir, a existir, e ser o assédio provado, o mesmo pudesse ser combatido, o que nos parece aquém da missão do gabinete agora criado. Resolverá todos os tipos de assédio? Na nossa opinião, qualquer que seja o tipo de assédio deve ser investigado. Muitas carreiras poderão ser ajudadas. O intuito não deverá ser o de substituir a cadeia de comando, mas antes, ser um recurso do qual qualquer comandante não envolvido directamente possa fazer uso, com o intuito de poder garantir a justiça. Usar este gabinete como ponto de informação e aconselhamento de forma a poderem avaliar melhor e estarem atentos a comportamentos menos próprios e dignos de militares das Forças Armadas.

Estamos convictos que os objectivos poderão ter bons fundamentos e, a ser verdade, iremos esperar pela divulgação da sensibilização prevista nas U/E/O e do seu conteúdo, para saber como poderá funcionar essa prevenção.

Que meios terão os Comandantes e as vítimas de assédio para verem salvaguardadas as suas identidades enquanto denunciante?

A quem recorrem directamente e através de que meios e órgãos, sem violar qualquer dos deveres da própria Instituição por obedecer a uma hierarquia e que tem Códigos e Regulamentos próprios?

Estas são algumas das dúvidas que nos ocorrem de momento.

### **Será que existem outros objectivos encapitados com a criação deste gabinete?**

Ultimamente, parece ser prática corrente a criação de “Grupos de Trabalho”, “Comissões de Inquérito”, “Inspeções” ou qualquer outra entidade que, à partida, se propõe resolver problemas graves, estruturantes e devidamente identificados em organizações como a Instituição Militar. A expectativa é grande quando surgem, até porque se propagandeia que os problemas serão todos resolvidos, no entanto, constatamos mais tarde que, afinal, não é bem assim e tudo não passa de mais um embuste encapotado, cujo intuito é apenas o de ter conhecimento dos problemas, identificar as vítimas, mas nunca encontrar culpados. Todos estamos conscientes do quão difícil será para qualquer vítima de assédio denunciar a sua ocorrência pelo risco que corre se o fizer, até pelos constrangimentos porque passou, e terá de passar, se não lhe for garantida determinada segurança. Ainda que essa segurança primária seja assegurada, interessa saber como, e por quem, seguirá o processo, principalmente se o mesmo visar uma “Alta Chefia”.

Em jeito de conclusão, resta-nos aguardar, desejando a inexistência de situações de assédio na Instituição, mas, a constatar-se, que o gabinete agora criado (queremos acreditar que com boas intenções e ao qual desejamos imensa sorte) possa desempenhar um bom trabalho, com a imparcialidade e isenção esperadas, em nome do que se quer e se pretende acautelar... que sejam os valores e o bom nome da Instituição e dos seus militares.

Só desta forma se poderá perceber a verdadeira utilidade deste gabinete. Para assim podermos ajudar a nossa Instituição, ajudando-a a ser mais justa, com a dignidade que todos lhe reconhecemos e a mesma merece.



## ANS Continua a Trabalhar Proposta Porque Aumento do Vencimento é Urgente Para os Militares como para toda a Gente!

Depois de, em Junho de 2021, ter sido entregue ao Presidente da Assembleia da República, uma petição com sete mil, setecentas e vinte assinaturas, promovida pelas Associações Profissionais de Militares (APM), tendo como objectivo a revisão e alteração do Regime Remuneratório dos Militares, e atendendo a que na sequência do chumbo da proposta de OE2022 foram realizadas eleições legislativas antecipadas e que o Parlamento e o governo delas resultantes ainda não entraram em funções, a ANS continua a trabalhar sobre uma proposta sobre o que considera ser justo em termos da revisão e alteração não apenas da própria tabela remuneratória, mas também de inúmeros aspectos da legislação acessória relacionada com o Regime Remuneratório dos Militares.



Reunião de Sargentos realizada a 16FEV na Sede da ANS, em Lisboa

Este trabalho deverá ser entregue aos grupos parlamentares constituídos após as próximas eleições e ao governo que vier a ser empossado. Dado os atrasos verificados na tomada de posse do futuro governo, não seria realista a pretensão de que esta proposta pudesse ser discutida e incluída na proposta de Orçamento de Estado para este ano. Porém entendemos que nos devemos mobilizar, trabalhar afincadamente e lutar por todos os meios ao nosso alcance para que a mesma possa e deva ser discutida e incluída no OE2023. Naturalmente, também será entregue às chefias militares e a outras entidades e/ou instituições.

É uma questão de justiça a revisão e alteração do desigual, injusto, classista e obsoleto Regime Remuneratório dos Militares! Nunca é demais recordar que esta questão foi até

referida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas como sendo uma necessidade, na altura em que promulgou o desbloqueamento da tabela remuneratória para os juízes.



Reunião de Sargentos realizada a 23FEV na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó

Esta revisão e alteração que passa pela necessidade de criar um conjunto de três carreiras (Oficiais, Sargentos e Praças) distintas, autónomas, com quadros funcionais claramente definidos e que devem evoluir em áreas complementares da actividade militar e intersecar-se em vencimentos, autoridade e responsabilidade.

O que a ANS continua a defender é a valorização dos níveis e posições remuneratórias aplicados aos Sargentos, tendo como base o conteúdo do desempenho funcional dos vários postos dos Sargentos, tendo como referência a sua relação hierárquica com os Oficiais.

Nesse sentido, não pode ser aceitável que um militar Sargento tenha como progressão, entre o primeiro nível remuneratório (NR) do posto de Segundo-Sargento (16) e o último do posto de Sargento-Ajudante (25), nove níveis de progressão. Em muitos dos casos é o percurso de toda a sua vida militar. A título de exemplo de comparação negativa, um Coronel progride, só nesse posto, (48 a 57) também nove níveis remuneratório. Os mesmos nove níveis de progressão, mas com valores de remuneração absolutamente diferentes!

Também não pode ser aceitável que toda a carreira de um Sargento do Quadro Permanente (QP) se desenvolva em 16 níveis remuneratórios (entre o NR16 e o NR32), enquanto a

carreira de um Oficial, entre Alferes e Coronel (já pondo de fora os Oficiais Generais), para além de ter uma progressão mais rápida, desenvolve-se em 39 níveis remuneratórios (entre o NR18 e o NR57), ou seja, mais do dobro daquilo que é toda a carreira de um Sargento que tenha a possibilidade de chegar ao posto e segundo NR de Sargento-Mor.

A ANS continua a trabalhar, internamente e em reuniões descentralizadas com Sargentos, para apresentação e discussão da proposta, estando, para já, previstas reuniões na Vila Nova da Barquinha, em Leiria, no Porto e em Ponta Delgada.

Para além dos aspectos já referidos neste texto, também não pode ser aceitável que a um jovem que se procura cativar para servir como Sargento das Forças Armadas, com todas as exigências e responsabilidades inerentes a essa condição, se considere pouco mais que o Rendimento Mensal Mínimo Garantido (RMMG) e se atribua o NR7.

O aumento do vencimento é urgente, para os Militares como para toda a gente!

Se o que se pretende, de facto, é desenvolver a atractividade pelas Forças Armadas e assegurar o recrutamento e a retenção, é importante dar as condições para que, aqueles que servem há já muitos anos vejam o reconhecimento material devido e possam ser o testemunho vivo para que, também os jovens, percebam que tem sentido servir como Sargento nas Forças Armadas Portuguesas. ▲



Cartazes para algumas das reuniões de Sargentos previstas

## Necessárias Alterações Legislativas

Para que a proposta de alteração ao regime remuneratório dos militares Sargentos, em que a ANS continua a trabalhar, faça sentido e tenha uma aplicação mais eficaz, terá de ser acompanhada de outras propostas que implicam, necessariamente, alterações ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) publicado pelo Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de Maio, entre outra legislação.

Recordamos que a primeira alteração a este estatuto, introduzida pela Lei nº 10/2018, de 2 de Março, sendo de extrema importância em inúmeros aspectos, ficou, no entanto, incompleta, como repetidamente a ANS tem denunciado.

Um dos aspectos prioritários a alterar reside nas "Modalidades de Promoção", em que a promoção de Segundo-Sargento a Primeiro-Sargento (a primeira na carreira dos militares no Quadro Permanente), volte a ser por Diuturnidade. Neste momento, os Sargentos

são a única categoria militar que não tem na sua carreira, do Quadro Permanente, a promoção por Diuturnidade. Nesse sentido, também a promoção de Primeiro-Sargento a Sargento-Ajudante terá de voltar a ser por Antiguidade e não pelo método de Escolha como actualmente está a suceder.

Um outro factor igualmente importante e fundamental para que esta proposta faça sentido, assenta num aspecto que a ANS desde há muito também defende, que está relacionado com a figura de tempo máximo de permanência no posto. O tempo máximo de permanência no posto deverá ser de 11 anos, particularmente nos postos de Primeiro-Sargento e de Sargento-Ajudante pois serão os postos de maior estagnação na carreira de um Sargento.

O aumento do vencimento é urgente para os militares como para toda a gente, mas, para além da tabela remuneratória e dos aspectos referidos em termos do Estatuto,



importa ainda tratar de algumas outras matérias relacionadas com o Regime Remuneratório dos Militares, particularmente no que aos Sargentos concerne. De entre várias dessas matérias, referimos as seguintes:

- Conferir o direito à remuneração no Posto, desde a data da antiguidade expressa no respectivo Despacho de promoção (data de abertura da vaga);

- Criação de um Suplemento da Condição Militar (SCM) de valor fixo, igual para todos os militares, indexando-o a um mesmo posto, posição e nível remuneratórios, e com actualização anual, na percentagem aplicável aos vencimentos e pensões;

- Revisão da legislação relativa aos suplementos remuneratórios por risco, penosidade



e insalubridade, no sentido de actualizar os respectivos valores;

- Uniformização da aplicação do abono de remuneração por desempenho de funções de posto superior;

- No Decreto-Lei nº 296/2009, de 14 de Outubro, que regulamenta o regime remuneratório dos militares, terá de se acabar com a situação discriminatória criada pelo disposto no seu Anexo III, que implementa o eufemisticamente chamado Suplemento de Despesas de Representação.

Em suma, impõe-se tornar a carreira atractiva e isso implica a revisão geral dos perfis de carreira que articule remuneração, desempenho de cargos e funções e tempo máximo de permanência nos postos. ▲



## A ESTRUTURA INFERIOR DAS FORÇAS ARMADAS - FUTUROS A CONSTRUIR

Muito se tem falado, nestes conturbados tempos, sobre a “RESFA”, ou seja, a reforma da estrutura superior das forças armadas. Enquanto processo ainda em curso, esta reforma está a reforçar e a criar um poder centralizado e concentrado de direcção operacional, política e de administração das Forças Armadas, remetendo os Chefes dos ramos ao papel de serventários do novo/velho poder *corporizado* no novo “chefe”: Sua Excelência o CEMGFA.

Ao mesmo tempo, e em complemento, certas estórias/histórias de carácter exemplar e simbólico são dadas a conhecer quanto à natureza do ambiente político que “reina” na administração superior e governamental das Forças Armadas.

Pelo semanário “SOL” soubemos das peripécias da não condenação do Ex-Ministro da Defesa Nacional no julgamento do chamado “caso Tancos”. Lá se afirma que: “Azeredo [foi] salvo [da condenação] por não ter percebido o que leu”, isto é, “não compreendeu os memorandos que recebeu com o plano da operação ilegal montada pela PJM”, pois os “documentos, em que era assumida a existência de uma operação paralela à da Polícia Judiciária e do Ministério Público, são classificados pelos juizes no seu acórdão como sendo de difícil entendimento para um «cidadão médio normal»” – ainda que tal cidadão seja jurista e professor de direito ...



O Sr. Ex-Ministro na sua condição de «Ministro médio normal», isto é, «cidadão médio normal» pode exercer as suas funções sem perceber o que lê... o que é no mínimo interessante e propiciador de estímulos para escrever ou realizar uma série televisiva distópica de cariz surreal.

Resulta assim da justiça aplicada que, nessa condição, se não percebe o que lê, não tem de perguntar do que se trata, pedir explicações, tentar perceber o que está escrito. Basta-lhe afirmar que se trata de documentos de difícil entendimento para um cidadão médio normal colocado naquela posição e naquele contexto, para que não possa ser responsabilizado pelas suas acções. É o que resulta do acórdão pois, é o sentido normal da interpretação jurídica da expressão “cidadão médio normal” enquanto Ministro da Defesa

Nacional, pelo menos na opinião, juridicamente fundamentada, do colectivo de juizes que o proferiu.

Logo resulta que, no caso concreto, a ordem jurídica portuguesa admite que um Ministro da Defesa Nacional pode não perceber o que lê e não ser responsabilizado por isso, mesmo se os efeitos desse seu não entendimento sejam efeitos ilegais. Poderão os Portugueses (e no seio destes os militares portugueses) ter confiança neste modo de governar este sector do Estado?

Como se pode pensar que qualquer militar conhecedor deste caso e desta justificação «brilhante» do colectivo de juizes tenha confiança nas capacidades, na competência de qualquer outro dos actos praticados pelo menos por este senhor ministro da defesa? Percebeu ele sempre o que estava a ler? Entendeu sempre o sentido, alcance, e implicações das decisões que lhe foram propostas?

O caso, dada a sua importância, merece reflexão sobre a estratégia e tática que poderão ser subjacentes a esta atitude.

De um ponto de vista estratégico podemos afirmar que é conveniente a um Ministro da Defesa Nacional, qualquer que seja, não perceber o que vai ler a propósito das funções que vai desempenhar.

Do ponto de vista tático, e, de acordo com esta posição estratégica, as acções táticas de qualquer Ministro da Defesa Nacional (enquanto decisões perante problemas concretos) podem ser sustentadas nesta incompetência desculpante sem medo de futuras responsabilizações, para si e para quem o escolheu, uma vez que quem fez a escolha pode afirmar – o ministro não sabia o que fazia, pois não entendia nada do que lhe escreviam, nem tinha de saber!

Talvez os Ilustres meritíssimos do colectivo penal tenham inadvertidamente dado a conhecer ao povo português o secreto critério de escolha política dos Ministros da Defesa Nacional em Portugal, desde pelo menos o Sr. Ministro Nogueira.

Enquanto isto, continua a degradação das estruturas (de pessoal e material) das Forças Armadas Portuguesas, apesar de se afirmar o contrário. Com «ministros da defesa médios normais» como estes não nos devemos admirar. Será por isso que a alternativa política para resolver certos problemas das Forças Armadas surge agora sob a forma de “reforma da estrutura superior das forças armadas” com um Chefe com mais poder?

Será por isso que a solução pensada para satisfazer os problemas existentes é o crescimento do número de

oficiais gerais e superiores? Será que o aumento do tráfego de papéis entre as estruturas superiores de comando resolve os problemas do défice orçamental crónico das Forças Armadas? Será que o aumento de funções em acumulação por parte dos oficiais e dos oficiais superiores, dos sargentos e das praças – essa raridade – nos organismos de base das Forças Armadas resolve os problemas? Será que a manutenção de uma política de baixos salários, precariedade, flexibilidade e arbitrariedade na gestão diária da vida profissional dos militares resolve os problemas que os assolam?

Tudo isto tem esgotado as possibilidades de resolução institucional dos problemas vividos pelos militares que sustentam, na estrutura inferior das forças armadas, a estrutura superior das forças armadas – onde o pagamento dos altos salários e de abonos para despesas de representação, e benefícios afins, premeia carreiras políticas partidárias feitas nas forças armadas.

E tem sido deste modo que, em processo paralelo, se escancara a porta a soluções de tipo autoritário que muitos na estrutura superior aspiram, e têm ensaiado antes de Tancos e agora nas capas das revistas do “jet-set”, pois os militares protestam, mas não são ouvidos – são elogiados medalhados e louvados. Porém elogios, medalhas e louvores não são aceites como forma de pagamento nos supermercados, mercearias, hospitais, restaurantes, escolas, infantários.



Sem um empenho mais afincado e decisivo na luta por melhores condições de vida e por uma Condição Militar respeitada, teremos no horizonte mais 15 ou 20 anos sem aumentos de vencimentos dignos desse nome.

Sem maior empenho na luta, qualquer pretexto e ou reforma da estrutura superior das Forças Armadas será mais oportuna! Quaisquer Movimentos dirigidos por velhos generais partidários da situação, servirão para nos fazer gritar mais, mas errar o alvo!

Aos Militares cabe encontrar a solução que se impõe dentro do quadro constitucional vigente. Construir um futuro melhor, junto e a par das restantes forças da sociedade portuguesa, é mais um dever a assumir. As associações militares lá estarão na primeira linha para ajudar na solução.

Luís Claro ▲

### Visitas da ANS às Unidades

#### ESE - Escola de Sargentos do Exército

Depois de ter sido adiada por razões sanitárias, realizou-se no passado dia 23 de Março de 2022 a visita da ANS à Escola de Sargentos do Exército (ESE), nas Caldas da Rainha. Inserida nas rondas de visitas e reuniões com Sargentos em várias Unidades dos três Ramos das Forças Armadas, iniciadas em 2019, sobre o associativismo socioprofissional militar, mais concretamente sobre a ANS, a sua história e o seu papel enquanto instituição representativa dos Sargentos de Portugal.

A apresentação esteve a cargo do Presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, acompanhado na delegação por José Galvão - Secretário da Direcção e por Luís Bugalhão - Presidente da Assembleia-Geral. Esta apresentação foi integrada nas palestras previstas para o Curso de Promoção a Sargento-chefe (CPSC). Foi a oportunidade para os Sargentos da guarnição da ESE e para os camaradas formandos dos CPSA (Curso de Promoção a Sargento-Ajudante) e CPSC tomarem conhecimento, ou aprofundá-lo, sobre a realidade associativa profissional da ANS.



Após a palestra passou-se à troca de lembranças e, de seguida, ao almoço na Messe de Sargentos, cuja sala de refeições foi aberta expressamente para esta ocasião.

A ANS foi recebida ao mais alto nível na ESE, quer pelo 2º Comandante, TCOR Hélder Coelho, a desempenhar as funções de Comandante, ausente por razões de saúde, que recebeu a delegação da Associação; quer pela hospitalidade do Adjunto do Comandante, SMOR Oliveira Silva, que fez uma detalhada apresentação de cariz histórico sobre os Sargentos do Exército, desde 1641, a sua formação, o historial da ESE e os cursos que actualmente ali são ministrados e outras actividades junto da sociedade civil. Em suma, o SMOR Oliveira Silva e os Sargentos da ESE, proporcionaram à delegação da ANS um dia de dignidade em ser Sargento, cuidadosa e formalmente preparado. Ficou bem patente a importância e o papel fundamental do Sargento-Mor, particularmente numa Unidade com a relevância e significado para a classe, da Escola de Sargentos do Exército.



17.500 dias depois do derrube do anterior regime em Portugal, sentiu-se que algo está a mudar (para melhor) no associativismo socioprofissional militar em Portugal. Este é um exemplo do que queremos atingir na relação entre a Associação e os Ramos das Forças Armadas. Lima Coelho, nas palavras que deixou no Livro de Honra dos Sargentos da ESE, deu conta disso para memória futura.

Vontade e Saber, é a ESE. Dignidade e Respeito, juntamos nós.

Luís Bugalhão ▲



## Força Aérea tem novo CEMFA



**O** General João Cartaxo Alves nasceu em Almada, em Dezembro de 1962.

Em Outubro de 1980 ingressou na Academia Militar, no Curso de Ciências Militares Aeronáuticas, tendo sido brevetado na Base Aérea nº 1, em Sintra, em Dezembro de 1985.

Em 1986, foi colocado na Base Aérea nº 5, em Monte Real, onde fez o Curso Complementar de Aeronaves de Combate e, seguidamente, foi colocado na Base Aérea nº 3, em Tancos, onde fez o curso complementar em aviões Multimotores. De 1986 até 1991 integrou a Esquadra de Transportes, na Base Aérea nº 3, em Tancos.

Em 1992, na Base Aérea nº 6, no Montijo, foi qualificado no avião C-130H, como Piloto Comandante e Piloto Instrutor e em 1995 assumiu as funções de Oficial de Operações da Esquadra de Transporte, tendo passado a chefiar o Gabinete de Prevenção de

Acidentes em 1997. Em 1998, foi nomeado Comandante da Esquadra de Transportes, cargo que ocupou até 2002, tendo neste período participado em várias missões Nacionais e NATO, nomeadamente, IFOR, SFOR, KFOR, UNTAET, Alba e ISAF. Em 2002 foi nomeado Comandante do Grupo Operacional e, posteriormente, 2º Comandante da Base Aérea nº 6.

De 2003 a 2004 desempenhou funções no Comando Operacional da Força Aérea, em Monsanto, Lisboa. Em 2005, com a criação do primeiro Centro de Excelência da NATO, foi seleccionado para integrar o módulo inicial do JAPCC (Joint Air Power Competence Centre), onde exerceu as funções de responsável pela área do Transporte Aéreo.

Promovido a Coronel, foi nomeado, em 2007, Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional da Força Aérea e, em 2008, foi nomeado Comandante da Base Aérea nº 6, Montijo, cargo que ocupou até 2010. Depois do Curso de Promoção a Oficial General assumiu, em 2011, as funções de Director de Operações do Comando Aéreo e de Director de Operações do NATO Combined Air Operations Centre 10.

Em 2012 foi nomeado 2º Comandante do Comando Aéreo. Com a reestruturação dos Comandos NATO e com a criação de um único CAOC para toda a região sul da NATO, foi graduado em Brigadeiro-general, a fim de integrar o módulo inicial do NATO Combined

Air Operations Centre de Torrejon, em Madrid, onde exerceu as funções de Director de Operações.

Como Major-General, em 2014 foi nomeado Director de Instrução da Força Aérea.

Em 2015 foi nomeado 2º Comandante do Comando Aéreo, tendo desempenhado as funções de Comandante Aéreo Interino a partir de Fevereiro de 2016 e em Outubro de 2016 foi nomeado Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Tomou posse como Subdirector-Geral da Direcção Geral de Recursos da Defesa Nacional em Janeiro de 2018, cargo que exerceu até Maio de 2019.

Neste período exerceu as funções de representante nacional em diversas Agências da NATO e no Long Term Review da Agência de Defesa Europeia. Neste mesmo período foi Sub-director Nacional de Armamento, e participou como representante nacional nos plénários das reuniões de Directores Nacionais de Armamento da NATO e da Agência de Defesa Europeia. Participou em vários estudos e grupos de trabalho dos quais se destaca o programa da "Aeronave de Transporte Estratégico KC-390", que decorre desde 2015.

Em Maio de 2019, regressou ao ramo e assumiu as funções de Comandante da Logística da Força Aérea.

A 25 de Fevereiro de 2022, tomou posse como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, tendo sido promovido ao posto de General. ▲

## Marinha tem novo CEMA



**O** Almirante Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo nasceu em Quelimane, Moçambique, a 21 de Novembro de 1960.

Ingressou na Escola Naval como Cadete em 1979. Em Setembro de 1984, após terminar o curso da Classe de Marinha foi promovido a Guarda-Marinha.

Em 1985 integrou, voluntariamente, a Esquadilha de Submarinos. Entre 1992 e 2002 para além de comandar os submarinos NRP *Delfim* e NRP *Barbacuda*, chefiou o Serviço de Treino e Avaliação da Esquadilha de Subma-

rios e o Estado-Maior da Autoridade de Controlo Operacional de Submarinos.

Após uma passagem de 3 anos como Relações Públicas e porta-voz da Marinha comandou entre 2006 e 2008, a fragata NRP *Vasco da Gama*.

Após este comando no mar, retornou à Esquadilha de Submarinos, como seu Comandante, para liderar o projecto de transformação e reconstrução desta estrutura, capacitando-a para a recepção e apoio aos novos submarinos da classe *Tridente*.

Antes da promoção a Oficial General foi 2º Comandante da Flotilha, Director de Faróis e Director do Instituto de Socorros a Náufragos.

Em 2014 foi promovido a Contra-Almirante. Foi Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada até Novembro de 2016. Durante um breve período, foi 2º Comandante Naval, exercendo em suplência as funções de Comandante Naval, até Janeiro de 2017, tendo sido promovido a Vice-Almirante passou a exercer as funções de Comandante Naval, período durante o qual exerceu, em acumulação por dois anos, as funções de Comandante da Força Naval EUROMARFOR, que integra meios portugueses, espanhóis, franceses e italianos.

Entre Janeiro de 2020 e Dezembro de 2021, foi o Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Entre Fevereiro e Setembro de 2021, acumulou esta função com a de Coordenador da "Task Force" para a elaboração do Plano de Vacinação contra a COVID-19.

Foi promovido ao posto de Almirante e empossado como Chefe do Estado-Maior da Armada em 27 de Dezembro de 2021. ▲

## Novo Assessor do CEMA para a Categoria de Sargentos



**J**orge Manuel Pinto Serrano, Sargento-Mor de Comunicações, nasceu a 8 de Maio de 1970.

Ingressou na Marinha Portuguesa em Maio de 1988, no Grupo N°1 de Escolas da Armada (GEA1) em Vila Franca de Xira.

Entre Setembro de 1988 e Julho de 1989 frequentou, no Grupo N°2 de Escolas da Armada, no Alfeite, o Curso

de Formação Técnica especialização em Rádio Operador. Ingressou no Quadro Permanente em Setembro de 1989 sendo promovido ao posto de Primeiro-Marinheiro CRO.

Na mesma unidade e estabelecimento de ensino, frequentou o Curso de Formação de Sargentos em 2002/2003.

Entre Abril e Outubro de 2014 frequentou o Curso de Promoção a Sargento-Chefe na escola de Tecnologias Navais.

Ao longo da sua carreira, como Praça e como Sargento, cumpriu missões e exerceu funções no Centro de Comunicações do Comando de Naval dos Açores, comissão de embarque na Fragata NRP Comandante João Belo, na Fragata NRP Comandante Roberto Ivens (de onde se destaca o embargo à Ex-Jugoslávia e a integração da Força Naval da NATO) na lancha de Fiscalização NRP Cisne, no Centro de Comunicações do Alfeite, no Centro de Comunicações da Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, nos Navios Patrulha NRP Geba, e NRP Quanza e na Corveta NRP Honório Barreto. No Posto de Controlo OTAN do Centro de Instrução e Tática Naval acumulando neste

período a Equipa de treino e Avaliações da Flotilha de navios de Superfície na área de Rádio. Entre Junho 2006 e Dezembro de 2007 foi Chefe e Formador de comunicações no centro de Comunicações da Escola de Fuzileiros, Vale de Zebro, tendo desempenhado a última comissão de embarque na Corveta NRP Baptista de Andrade, como Supervisor de Sinais e Rádio, entre Dezembro de 2007 e Julho 2009. Totalizou mais de 20 mil horas de embarque.

Entre 2009 e 2012 esteve na Direcção de Abastecimentos, na Base Naval do Alfeite, entre 2012 e 2015 na Direcção do Pessoal, como colocador na gestão de carreiras dos Sargentos e Praças de Comunicações. Entre 2015 e 2021 esteve em comissão de serviço na Casa Militar da Presidência da República, responsável pelo Sub-Registo NATO.

Fui promovido ao posto de Sargento-Mor em 30 de Dezembro de 2019 e em Março de 2021 foi colocado na Escola de Tecnologias Navais como Adjunto do Comandante para a Categoria de Sargentos.

A 18 de Fevereiro de 2022 assumiu funções de Assessor do CEMA para a Categoria de Sargentos. ▲



## Um conflito evitável



Carlos Branco é Major-General do Exército português na situação de reserva. Tem uma vasta experiência em assuntos político-militares e relações internacionais granjeada em cerca de 10 anos ao serviço de diversas organizações internacionais. Exerceu funções na NATO, na ONU, no Afeganistão (onde foi porta-voz do comandante das forças da NATO entre 2007 e 2008 e na antiga Jugoslávia). Presentemente, é investigador do Instituto Português de Relações Internacionais.

A Europa encontra-se envolvida novamente numa guerra cujas consequências são de momento difíceis de antecipar. Esta guerra iniciada militarmente pela Federação russa tem por finalidade inviabilizar a adesão da Ucrânia à NATO, que Moscovo considera uma ameaça existencial. A Rússia pretende garantir que a NATO não vai continuar a expandir-se para Leste, nem vai continuar a colocar sistemas de armas ofensivas próximo das suas fronteiras, garantias que a Casa Branca não tem estado disposta a dar. A cedência da Rússia na Ucrânia e na Geórgia colocá-la-ia numa situação de vulnerabilidade estratégica insustentável. Representaria o fim da Rússia como potência.

Embora os Estados sejam todos iguais, as grandes potências são mais iguais do que os outros Estados. Os temores russos sobre a expansão da NATO até à sua fronteira deviam ser compreensíveis para qualquer americano que tenha ouvido falar da Doutrina Monroe. Do mesmo modo, os EUA não permitirão que uma potência rival estabeleça bases militares no hemisfério ocidental, ou a China em regiões próximas do seu território.

Esta guerra é, acima de tudo, uma disputa entre grandes potências. Falamos do confronto entre dois atores geoestratégicos de primeira grandeza: EUA e Rússia. Os acontecimentos de 2014, que derrubaram Viktor Yanokovitch, um presidente democraticamente eleito, através de um golpe de estado orquestrado por Washington, perpetrado por grupos paramilitares neonazis, colocando no poder grupos nacionalistas ucranianos anti russos, está na base daquilo que estamos a viver presentemente. Em retaliação contra a nova

correlação de forças políticas instaladas em Kiev, que banuiu a língua russa de língua oficial do país, apesar de ser falada por grande parte da população como primeira língua, a Rússia ocupou a Crimeia, onde se encontra a frota russa do Mar Negro.

A partir de 2014, a Ucrânia tornou-se uma ponta de lança da política norte-americana anti Rússia. A intervenção sistemática e continuada dos EUA nos assuntos internos da Ucrânia não passou despercebida a Moscovo, em particular o fornecimento massivo de armamento a Kiev, durante estes anos. Com o agravamento da situação militar no Donbass, e perante o repúdio dos acordos de Minsk por Kiev, que previam um estatuto de autonomia para a população russa ucraniana, Putin concebeu uma manobra que conjugava a ação diplomática, através de duas iniciativas, com uma demonstração de força militar, procurando assim resolver o impasse causado pelo alargamento da NATO a Leste, de quase três décadas, a qual não parou com a sua política de “porta aberta”, e pelos oito anos de ouvidos de mercador relativamente à implementação dos acordos de Minsk.

A Rússia apresentou, no final de 2021, dois projetos de tratados, um a Washington e outro à NATO. O primeiro, sobre um Pacto de Paz entre a Rússia e os EUA; e o segundo, sobre um pacto com a NATO. Baseando-se no igual direito à segurança para todas as nações, e nos princípios da Carta das Nações Unidas, que proíbem a ameaça ou o uso da força, Moscovo propôs a Washington o abandono da expansão da NATO para Leste, nomeadamente a adesão de Estados que tivessem integrado a extinta União Soviética, e a retirada de tropas da Aliança dos países que pertenceram ao antigo bloco soviético.

Tanto os EUA como a NATO mantiveram-se inflexíveis perante as propostas russas, continuando determinados em prosseguir a política de “porta aberta”, rejeitando a possibilidade de não considerar a adesão da Ucrânia à Aliança. A possibilidade de regressar ao statu quo de 1997 foi considerada não negociável. Os pedidos de garantia foram rejeitados, tanto pelos EUA como pela NATO, não havendo lugar a qualquer convergência ou princípio de entendimento.

O caldo entornou-se definitivamente no dia 19 de fevereiro de 2022, na Conferência de Segurança de Munique, quando o Presidente Zelenski manifestou a intenção de renunciar ao protocolo de Budapes-

te abdicando da sua neutralidade (na verdade já o tinha feito quando inscreveu na sua Constituição a ambição de aderir à NATO), abrindo a possibilidade de a Ucrânia se rearmar nuclearmente.

Em represália às intenções manifestadas por Zelenski, agravada pela ausência de resposta sobre as pretensões ucranianas de aderir à NATO, e aparentemente assumindo um ponto de não retorno, Putin anunciou no dia 21 de fevereiro, que ia reconhecer a independência das repúblicas de Donetsk e Lugansk, argumentando que “tem todo o direito de tomar medidas de retaliação para assegurar a nossa segurança [da Rússia]. É exatamente isso que faremos.”

O que até aí era visto por alguns especialistas como estando para além dos limites do provável, isto é, uma invasão generalizada da Ucrânia, tinha-se tornado agora um facto novo. Após este conspícuo momento percebeu-se claramente que a situação se tinha alterado, e que os esforços diplomáticos de última hora tinham falhado. Nas 72 horas seguintes, que separam o discurso clarificador de Putin, quando se tinha tornado óbvio que a Rússia ia atuar militarmente, nada foi feito por Washington ou Bruxelas para o impedir.

Se era possível vislumbrar algo na neblina, antes do início do conflito, era a certeza de que o Ocidente ajudaria a Ucrânia, mas que não iria assumir com sangue as ansiedades ucranianas. Os EUA instigaram a confrontação ucraniana com a Rússia, sabendo que não estariam disponíveis para combater a seu lado. O mesmo aconteceu com a União Europeia, que andou estes anos todos a encorajar os ucranianos, sabendo que na hora da decisão não se iria apresentar ao lado de Kiev. Os atos heroicos no campo de batalha seriam deixados para os ucranianos.

Parece insólito acreditar que a Ucrânia sozinha poderá vencer militarmente a Rússia, independentemente do armamento que lhe for proporcionado. Essa ajuda tornará certamente mais oneroso o esforço militar russo, mas devido à sua massa a Rússia acabará muito provavelmente por se impor militarmente. Por mil e uma razões, a Rússia não se pode dar ao luxo de uma derrota na Ucrânia, como aconteceu com os americanos no Afeganistão. Não parece estar em causa a vitória russa sobre os ucranianos, mas o custo que essa vitória poderá comportar para Moscovo. No final do dia, para além da Ucrânia e da Rússia, também a Europa será severamente fustigada, afastando-se cada vez mais dos EUA e da China. ▲

## ANS em AUDIÊNCIA com o CEMA



A Associação Nacional de Sargentos (ANS) foi recebida a 8 de Março passado pelo novo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante Gouveia e Melo.



Esta audiência foi solicitada pela ANS a fim de apresentar cumprimentos pela recente tomada de posse, mas também para troca de impressões sobre matérias de teor social, profissional e assistencial.

A Delegação da ANS composta por Lima Coelho, Presidente da Direcção, Rogério Graça, Vice-Presidente da Direcção, Nelson Bento, Secretário da Direcção (ambos da Marinha) e José Galvão, Secretário da Direcção, foi recebida pelo CEMA, estando igualmente presentes o Chefe do Gabinete, Contra-Almirante Chaves Ferreira e o novo Assessor do CEMA para a Categoria de Sargentos, o Sargento-Mor Jorge Serrano.

Rapidamente ultrapassada a formalidade da troca de cumprimentos, a audiência centrou-se na abordagem dos assuntos socioprofissionais, começando pela situação dos Militares, particularmente Primeiros-Sargentos, que permanecem demasiados anos no mesmo posto, sem perspectiva de verem este problema resolver-se a curto prazo, sendo que para situações extraordinárias como esta, importa encontrar também soluções extraordinárias, como aliás já sucedeu no passado. Também a integração da ANS, e das outras Associações Profissionais de Militares, nos grupos de trabalho e comissões de estudo, conforme previsto na lei, foi outro tema abordado, sabendo que neste momento se encontram constituídos grupos de trabalho para a revisão do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), do RAMMFA (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas), do Regime Remuneratório dos Militares, entre outros, eventualmente. Estas questões mereceram a concordância por parte do CEMA.

Abordado o facto de há mais de uma década não serem revistas nem actualizadas as remunerações dos militares e estar a ANS a trabalhar numa proposta para apresentar brevemente, o CEMA também considera que os militares deverão receber uma remuneração mais justa pela sua disponibilidade e para que as Forças Armadas sejam atractivas para os jovens, sendo da opinião que a remuneração dos postos de ingresso terá que ser significativamente superior ao salário mínimo nacional.

O consecutivo atraso nas promoções, ano após ano, foi outro tema da audiência, em que o CEMA afirmou estarem os serviços a trabalhar para que este ano não aconteça tanto atraso, atendendo até já não serem necessários os despachos prévios.

O RAMMFA e as necessárias alterações não poderiam deixar de ser referidos, uma vez que é unânime que este regulamento veio trazer mais dificuldades que soluções. Apesar de estar claramente previsto neste regulamento, os Sargentos, de uma maneira geral, continuam a não ser os primeiros avaliadores. Foi igualmente referida a composição dos Conselhos de Classe e o facto dos Primeiros-Sargentos, profissionais de grande valia e com grande experiência, não serem elegíveis para este organismo.

A ANS voltou a referir a defesa da criação de uma Escola Nacional de Sargentos e o justo e necessário reconhecimento académico para os Sargentos, que não passa pela enganadora atribuição do nível 5.

No plano social não poderia deixar de ser referida a necessidade de reverter e recuperar o “subsídio por morte” para a situação que existia antes dos cortes produzidos no mandato do ex-ministro Vitor Gaspar, no governo de Passos Coelho.

O CEMA considera que as associações socioprofissionais de militares são importantes e em conjunto com as chefias militares poderão ser úteis na apresentação de propostas para a melhoria da condição militar e, para os Sargentos particularmente, pelo trabalho da ANS.

De uma forma aberta, franca e frontal desenvolveu-se a apresentação de inúmeras preocupações, resultando numa longa conversa com troca de ideias, em concordância ou em discordância, entre o CEMA e os dirigentes da ANS, numa primeira abordagem que se espera que possa e deva continuar, sempre que a situação o exija e que ambas as partes assim o entendam. ▲



## EUROMIL faz 50 anos

**A EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, foi fundada a 13 de Setembro de 1972 em Bergisch-Gladbach, na Alemanha.**

Com base num artigo de Michael Rudolff, intitulado “Com habilidade diplomática a caminho da EUROMIL”, publicado na revista da Associação de Militares Alemães, DBwV (Deutschen Bundeswehr Verbandes) apresentamos este artigo em que, entre outros aspectos, se refere como um “cinzeiro” para cachimbos da paz se tornou o símbolo do início da cooperação entre as associações de militares europeus.



A 17 de Junho de 1969, na sua 8ª Assembleia Geral, o Presidente da DBwV, Heinz Volland, acolheu pela primeira vez representantes de 14 associações militares da Bélgica, Dinamarca, Noruega, Áustria, Suécia e Suíça, para além de adidos militares estrangeiros. Na ocasião, foram feitas reflexões sobre a consolidação da cooperação entre as associações de militares, a fim de trocar experiências e avaliar como os interesses sociais dos militares podem ser efectivamente representados na Europa.

O objectivo comum de melhorar a condição e o reconhecimento social dos militares e suas famílias foi (e ainda é) perseguido pelas associações e sindicatos, de variadas formas e em condições que dificilmente poderiam ser mais diferentes. Nos países nórdicos, o direito de organização dos militares era garantido por lei, enquanto que nos países do sudoeste europeu, bem como na Grã-Bretanha e França, tal matéria era tabu. Os militares dos parceiros da NATO, EUA e Canadá, também não conheciam esse direito. Enquanto a DBwV uniu militares de todas as classes, nas outras associações os Oficiais e os Sargentos estavam organizados em associações separadas.

Só da Noruega participaram nesta reunião quatro associações. No discurso de saudação, o norueguês Tor Berge expressou a sua “grande admiração... pela forma como tem sido entendida na Alemanha a construção de uma organização profissional de militares de todas as patentes”. O Presidente da Associação de Oficiais Dinamarqueses, Major-General Engell, apelou a que não se limitasse a interesses específicos de grupo, mas que se trabalhasse em conjunto para objectivos de política social e de segurança. Os Oficiais e Sargentos suecos, que estavam organizados em sindicatos separados, tinham coisas espantosas a relatar. Desde 1966, tinham mesmo o direito à greve se não fosse possível chegar a acordo com o empregador durante as negociações.

Uma bonita taça oferecida pelo representante da Associação de Sargentos Dinamarqueses, Jens Rotbøll, foi suplantada pelo presente que os sindicatos suecos ofereceram em conjunto: uma taça de cristal de grandes dimensões. O presidente do Sindicato Sueco de Oficiais, Coronel Sten Lungqvist, sugeriu no seu discurso que esta taça fosse utilizada “como um cinzeiro para o cachimbo da paz, que eu espero que arda brilhantemente entre a associação e as autoridades económicas do vosso país”.

Esta taça terá sido necessária para as negociações entre os líderes das associações e sindicatos de militares. Foi rapidamente alcançado um acordo para a formação de uma organização europeia. Para alcançar este objectivo, foi necessária habilidade diplomática. Imediatamente após a 8ª Assembleia Geral, Heinz Volland visitou associações e sindicatos de militares belgas, luxemburgueses e dinamarqueses. Em Setembro de 1970, estavam estabelecidas relações com associações e sindicatos de militares em sete países da Europa Ocidental.

Ao comparar as condições nas forças armadas dos diferentes Estados europeus aliados, as desigualdades eram (e ainda são) gritantes quanto ao direito de formar organizações profissionais com direitos de negociação. Nos países com tradição em grupos de interesses militares reconhecidos, houve dificuldades na união de forças. Heinz Volland relatou o desafio de trazer representantes de Oficiais e de Sargentos da Bélgica e dos Países Baixos para a mesma sala e em torno da mesma mesa. Em circunstância alguma deveriam ser colocados lado a lado. A memória ainda presente das guerras mundiais não deve ser subestimada. A ideia de uma organização em que militares alemães desempenhassem um papel formativo foi recebida com reservas. As dificuldades do início foram resumidas por Jens Rotbøll, já como Presidente da EUROMIL, numa reunião geral posterior: “Primeiro, tivemos de aprender a compreender-nos mutuamente, não só na língua, mas também no pensamento”.

O cenário apropriado para a preparação da criação de uma organização europeia de associações e sindicatos de militares foi proporcionado pela cerimónia de abertura da nova sede da DBwV, em Bona, a 10 de Novembro de 1970. Representantes de doze associações e sindicatos de militares da Dinamarca, Noruega, Países Baixos, Bélgica e Itália aceitaram o convite. Na primeira conferência na nova casa da DBwV, discutiram passos concretos para a formação de uma organização comum.

A 13 de Dezembro de 1970, a pedra fundamental para esta Organização com a sede provisória em Bona foi colocada na casa da DBwV. O nome “EUROMIL” foi baseado numa proposta da Bélgica. Os objectivos da nova organização foram expressos de uma forma bastante generalista. Consistiam no seguinte:

- aprofundar o entendimento e a amizade entre os povos;
- cultivar o intercâmbio regular de experiências entre as associações membros, e
- promover os interesses gerais, sociais e profissionais dos militares.

No entanto, apenas os representantes do Sindicato de Sargentos Dinamarqueses, cinco organizações belgas, o Sint Martinus holandês, e a DBwV assinaram a declaração para a cooperação futura. Foi eleito o dinamarquês Christian Sørensen como Presidente provisório do Presidium. Sørensen tinha sido presidente da Centralforeningen for Seniorsergenter og Stampersonel (CSS), que representava quase todos os Sargentos e Praças profissionais na Dinamarca. Heinz Volland tornou-se um dos três vice-presidentes. O Presidium assumiu a tarefa de redigir os estatutos finais da organização, preparar a convocação



Christian Sørensen (esq.) com Heinz Volland (dir.) em 1973

de uma Assembleia Geral e ganhar a adesão de outras associações e sindicatos de militares.

Representantes das associações e sindicatos da Noruega, da Itália, Oficiais dinamarqueses e um sindicato holandês não assinaram a declaração conjunta por considerarem ser necessária uma discussão mais aprofundada, propondo a perspectiva de adesão numa data posterior. O secretário deste Presidium, mais tarde secretário da EUROMIL, Guido Daleman, recorda que as associações e sindicatos de Oficiais tiveram problemas com o facto de Christian Sørensen, ter um posto comparável ao de um Sargento alemão, ou seja, não era Oficial. Dos Países Baixos, Ons Belang (da antiga Real Associação de Sargentos da Força Aérea e Exército dos Países Baixos, agora AFMP) não queria participar porque estava envolvida uma organização de Sargentos rival.

A resposta aos esforços do Presidium provisório para conseguir que outras associações e sindicatos do maior número possível de Estados europeus aderissem à organização que se encontrava em fase de estabelecimento, manteve-se inicialmente controlável. Algumas tinham recursos financeiros limitados e temiam as despesas necessárias para manter uma sede e suportar as viagens. Pensamento competitivo, condições políticas difíceis em cada país e incertezas sobre o futuro da Europa causaram reacções bastante reservadas.

Entretanto, o Presidium provisório avançou com a fundação oficial da EUROMIL e convocou a primeira assembleia geral. Após quase dois anos de preparação, a 13 de Setembro de 1972, tinha finalmente chegado o momento. Nesse dia, a fundação oficial teve lugar em Bergisch-Gladbach. Christian Sørensen foi confirmado no seu cargo e eleito por unanimidade, formalmente, como o primeiro presidente da EUROMIL.

Desde então, muitos cachimbos da paz tiveram de ser fumados...e continuarão a ter de ser fumados!

Se ainda o não foi, o cinzeiro de cristal dos suecos poderá mesmo ter de ser utilizado.



Actual Direcção da EUROMIL, eleita para um mandato de quatro anos, no 6º Congresso, em 22 de Abril de 2021, que decorreu on-line devido à pandemia COVID-19.

Jesper Jansen – Dinamarca; Emmanuel Jacob (Presidente) – Bélgica; Ton de Zeeuw (Tesoureiro) – Holanda; István Bácskai – Hungria; António Lima Coelho – Portugal; George Zgardanas – Grécia; Jorg Greiffendorf (Vice-presidente) – Alemanha; Gerard Guinan – Irlanda; Johan Ohlen - Suécia ▲



## Cartas ao Director

### DIXIT....

“Senti vergonha quando um grupo de Estados se comprometeu gastar 2% do PIB para comprar armas, em resposta ao que está a passar-se. Uma loucura”.

(...)

“A verdadeira resposta, no entanto, não são mais armas, mais sanções, mais alianças político-militares, mas sim um foco diferente, uma forma diferente de governar o mundo, agora globalizado, e de configurar as relações internacionais”.

(...)

“Mas o problema básico é o mesmo, continuamos a governar o mundo como um ‘tabuleiro de xadrez’, onde os poderosos tramam os seus movimentos para alargar o seu domínio em detrimento dos outros”.

“Infelizmente, ainda domina no mundo o poder económico-tecnocrático-militar”.

*Papa Francisco*

Senhor Director

Depois de ter lido a Ordem da Armada de 16 de Março de 2022, como homem do Mar que sou e que, orgulhosamente, durante anos, serviu a Brisa, tenho que desabafar que aquilo que se lê entre as páginas 13 e 17 teria piada, se fosse humor. Só que não é!

Tanto quanto ainda sei, até agora os distintivos alusivos ao tempo de embarque tinham as seguintes regras de atribuição:

- Grau Bronze: 1095 dias (3 anos) de tempo de embarque ou 3000 horas de tempo de navegação;
- Grau Prata: 2920 dias (8 anos) de tempo de embarque ou 8000 horas de tempo de navegação;
- Grau Ouro: 5475 dias (15 anos) de tempo de embarque ou 15000 horas de tempo de navegação.

Para quem não está familiarizado com o que significam estes números, não fosse a clara falta de efectivos que assola as Forças Armadas e a Marinha em particular, raros seriam os militares que ultrapassavam as 15000 horas após 20 anos de serviço.

Vem agora o despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada alterar o “Grau Ouro” da seguinte forma:

- 1.ª Categoria: 10950 dias (30 anos) de tempo de embarque ou 60000 horas de tempo de navegação;
- 2.ª Categoria: 8760 dias (24 anos) de tempo de embarque ou 30000 horas de tempo de navegação;
- 3.ª Categoria: 5475 dias (15 anos) de tempo de embarque ou 15000 horas de tempo de navegação.

Sabendo que os distintivos alusivos às horas de navegação, na vida do militar não trazem qualquer valorização monetária ou significativa alteração na carreira, esta mudança apenas visará “normalizar” o excesso de empenhamento dos militares em unidades navais, por um lado devido à enorme falta de pessoal, por outro pela disparidade entre classes, que faz com que alguns militares apenas tenham de estar embarcados uma única vez na sua carreira, enquanto outros nunca, ou quase nunca, conseguem permanecer numa unidade em terra.

Será que quem decide criar estas “categorias” no distintivo de ouro pensa que, desta forma, conseguirá mais pessoal disponível para navegar, com o objectivo de “ganhar” bonitos distintivos para pôr ao peito?

Na realidade, e tanto quanto a idade e a experiência me permitem perceber, o que esta decisão faz é assustar os mais atentos, revelando que os problemas de fundo não serão resolvidos, que a cada dia serão criadas formas de empurrar os problemas com a barriga e procurar resolver os problemas da Marinha à custa do sofrimento dos seus melhores activos – as pessoas.

*Leitor devidamente identificado*

## Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em

[www.ans.pt](http://www.ans.pt)

ou no Facebook em

[www.facebook.com/ANSargentos](http://www.facebook.com/ANSargentos)

### NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

### ZONA NORTE:

### ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

### ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO ([www.farmacias-progresso.pt](http://www.farmacias-progresso.pt))
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM

[WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](http://WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos)

- CONSULTA TAMBÉM [WWW.ANS.PT](http://WWW.ANS.PT)

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA [CONTACTO@ANS.PT](mailto:CONTACTO@ANS.PT)





## ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Depois de um período caracterizado por uma grande exigência colocada sobre os portugueses em geral, e naturalmente também sobre os dirigentes da ANS, entendeu a Direcção retomar as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, respeitando as normas de segurança e onde as condições o permitiram.

Para além dos ataques contra a Condição Militar, os efeitos perversos de um RAMMFA sempre contestado, um processo de avaliações muito problemático e nada unificador, os problemas decorrentes da existência da ADM no seio do IASFA, os escandalosos atrasos nas promoções, entre muitas outras questões do foro socioprofissional, fomos também confrontados, enquanto meros cidadãos, com o arrastar de um acto eleitoral que obrigou a adiar a tomada de posse do governo e o consequente atraso na aprovação do Orçamento de Estado para 2022.

Para além destes aspectos, assistimos no final do ano passado e no início deste ano, à mudança de chefes militares e, à hora do fecho desta edição, à nomeação e tomada de posse de um novo ministro da Defesa Nacional, na circunstância, uma ministra.

Todos estes factores obrigaram os dirigentes da ANS a uma intensa actividade, interna e externa, da qual apresentamos abaixo um breve resumo:

20DEZ – Reunião com Sargentos do Exército, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e M.Dias;

22DEZ – Reunião do Secretariado da ANS, via vídeo;

30DEZ – Reunião com Sargentos do Exército, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e M.Dias;

03JAN – Reunião na sede da ANS entre as três Direcções das APM e dirigentes da CDU por sua solicitação. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

06JAN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Reunião realizada de forma mista, presencial e vídeo;

07JAN – Reunião vídeo com a Direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

07JAN – Reunião com uma editora, o autor de um livro e as três APM. ANS representada por L.Coelho;

12JAN – Solidariedade com representantes dos Guardas Florestais, no Largo do Carmo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

14JAN – Reunião com Sargentos do Exército na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

17JAN – Reunião do Secretariado da ANS, presencial + vídeo;

18JAN – Reunião via vídeo, com a EUROMIL, preparatória de um evento. ANS representada por L.Coelho;

20JAN – Reunião promovida pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

21JAN – Debate na sede da Banda Filarmónica “Os Guerrilhas”, no Pico dos Barcelos, na Madeira. ANS representada por L.Coelho e J.Mendes;

22JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Machico, Madeira. ANS representada por L.Coelho e J.Mendes;

24JAN – Reunião com Sargentos da FAP, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

25 e 26JAN – Conferência Regional, via vídeo, sobre Direitos Sindicais na Europa, organizada pelas EPSU, EuroCOP e EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;



25JAN – Reunião do Secretariado da ANS, presencial + vídeo;

28JAN – Conferência, via vídeo, promovida pela EUROMIL sobre “O Futuro da Europa e a Integração da Defesa Europeia”. ANS representada por L.Coelho;

29JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Casa do Alentejo, em Lisboa;

31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Porto. ANS representada por L.Coelho, F.Silva, J.Torres, H.Costa, L.Bugalhão, J.P.Leitão e R.Santos;

31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. ANS representada por M.Pereira;

31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Beja. ANS representada por N.Mateus, J.Galvão e J.L.Silva;

03FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Monte Real/Leiria. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

04FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada, Açores. ANS representada por L.Coelho;

05FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Terceira, Açores. ANS representada por L.Coelho;

08FEV – Reunião vídeo com a Direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

10FEV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Reunião realizada de forma mista, presencial e vídeo;

16FEV – Reunião de Sargentos para apresentação/discussão de proposta da ANS, na sede da ANS, em Lisboa;

17FEV – Reunião via vídeo, com a EUROMIL, preparatória de um evento. ANS representada por L.Coelho;

23FEV – Reunião de Sargentos para apresentação/discussão de proposta da ANS, na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó;

24FEV – Cerimónia de Escritura Pública da venda do 2º andar da antiga sede. ANS representada por L.Coelho, N.Mateus e J.Pereira;



25FEV – Conferência, via vídeo, promovida pela EUROMIL sobre “Alterações Climáticas e o Papel dos Militares”. ANS representada por L.Coelho;

28FEV – Reunião com Sargentos da FAP, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva;

02MAR – Reunião com advogado na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.L.Silva e A.Martins;

02MAR – Reunião de dirigentes das APM com dirigentes da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. ANS representada por L.Coelho;

02MAR – Reunião de dirigentes das APM com dirigentes da CGTP-IN. ANS representada por L.Coelho;

02MAR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Reunião realizada de forma mista, presencial e vídeo;

03 e 04MAR – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas, Bélgica. ANS representada por L.Coelho;



07MAR – Reunião de Sargentos para apresentação/discussão de proposta da ANS, em Beja. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e J.L.Silva;

08 e 09MAR – Conferência Regional, via vídeo, sobre Direitos Sindicais na Europa, organizada pelas EPSU, EuroCOP e EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

08MAR – Audiência com o Almirante CEMA. ANS representada por L.Coelho, R.Graça, J.Galvão e N.Bento;

15MAR – Reunião na sede do CPA, na Cova da Piedade, entre Clubes e APM's, preparatória das comemorações do 48º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho, N.Bento e L.Bugalhão;

22MAR – Reunião com a Comissão Executiva Promotora da Homenagem Nacional aos Combatentes, na Bateria da Lage, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

23MAR – Visita/Palestra na ESSE – Escola de Sargentos do Exército, Caldas da Rainha. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;

24MAR – Reunião sobre o caso dos Furriéis DFA's, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, R. Graça e L.Bugalhão;

25MAR – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão.

À hora do fecho desta edição estão em preparação reuniões com Sargentos dos três ramos das Forças Armadas em locais onde hajam condições para a sua realização, tendo em vista a apresentação e debate acerca das propostas a apresentar pela ANS sobre os vencimentos dos Sargentos e as necessárias alterações a diversos diplomas legislativos.

Estão igualmente em preparação os eventos comemorativos do 48º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 em conjunto com outras estruturas associativas.

Estão ainda em discussão e preparação os actos comemorativos relativamente ao 33º aniversário da ANS e ao 31º aniversário do jornal “O Sargento” – órgão oficial da ANS desde 1991.

Para além destas actividades, a Direcção da ANS mantém na lista dos seus trabalhos as questões relacionadas com as promoções, o estatuto profissional, os métodos de avaliação, as sensíveis e urgentes questões relativas à saúde e à assistência social, estas e outras questões de âmbito essencialmente socioprofissional.

De toda esta exigente actividade daremos conta na próxima edição do nosso jornal. ▲



## Clubes e Associações Comemoram os 48 anos do 25 de Abril



Retomando uma prática já com alguns anos, que pelos condicionalismos impostos pela pandemia COVID-19 teve de ser interrompida em 2020, os clubes e associações de militares vão este ano organizar um evento comemorativo do 48º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Assim, as Direcções do CSA (Clube do Sargento da Armada), do CPA (Clube de Praças da Armada), da ANS (Associação Nacional de Sargentos), da AOFA (Associação de Oficiais das Forças Armadas) e da AP (Associação de Praças) reuniram no passado dia 15 de Março, na sede do CPA, na Cova da Piedade, para dar início aos trabalhos com vista à organização do evento.

Para além da habitual participação destas estruturas, no próprio dia 25 de Abril, na manifestação popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa, foi decidido organizar um almoço comemorativo no Sábado, dia 23 de Abril, em local a determinar.

No esquema rotativo usado, cabe este ano ao CPA ser a entidade primariamente responsável pela organização do acto comemorativo. Oportunamente será divulgado o local do evento pelo que apelamos a que se consultem as páginas oficiais destas estruturas representativas de militares.



### 25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo  
Onde emergimos da noite e do silêncio  
E livres habitamos a substância do tempo

*Sophia de Mello Breyner Andresen,  
In 'O Nome das Coisas'*

# Associação Nacional de Sargentos

## Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o “espartilho” criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

**“Associa-te!**

**Vem dar mais força**

**à força dos Sargentos**

**de Portugal”!**

